



UAc
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

RELATÓRIO E CONTAS 2020





UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Abril de 2020

Albis *Albis*

A handwritten signature mark in blue ink, consisting of a stylized, curved line.



Índice

1. Introdução	3
2. Análise das Demonstrações Orçamentais	
2.1. Desempenho Orçamental	6
2.2. Alterações Orçamentais (Orçamento Inicial versus Orçamento Corrigido)	7
2.3. Execução Orçamental da Receita	
2.3.1. Grau da Execução da Receita	10
2.3.2. Propinas	14
2.4. Execução Orçamental da Despesa	
2.4.1. Grau da Execução da Despesa	16
2.4.2. Despesas com Pessoal	19
2.4.3. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	21
3. Análise das Demonstrações Financeiras	
3.1. Contas de Resultados	24
3.2. Contas do Balanço	26
4. Nota Final	29
Anexos	31

Clis *Agob.* *g*



1. Introdução

A Universidade dos Açores (UAc) é uma pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica, património próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da Lei e dos Estatutos da Universidade dos Açores.

O Relatório e Contas apresenta a análise sobre a execução orçamental e sobre as demonstrações financeiras da UAc no ano de 2020, preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que se encontra implementado desde o exercício de 2018

Na leitura do relatório e dos indicadores económicos e financeiros apresentados, deve ter-se em consideração que a Universidade dos Açores está integrada no setor público administrativo e que, como tal, depende de financiamento do Orçamento do Estado e está subordinada aos princípios e às regras orçamentais aplicáveis ao setor das administrações públicas, sem prejuízo do regime de autonomia administrativa e financeira das instituições de ensino superior públicas. Esta circunstância condiciona a interpretação sobre indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

A análise constante do presente relatório reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, sendo que todas as quantias monetárias nele constantes encontram-se em euros, exceto quando expressamente indicada outra forma de apresentação.

O ano de 2020 desenvolveu-se num quadro orçamental limitado à partida pelo facto de o Governo da República não ter cumprido com o disposto no “Contrato entre o Governo e as Universidades Públicas Portuguesas no Âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”, assinado pela primeira vez a 16 de julho de 2016. Este contrato foi alvo de uma segunda versão, em novembro de 2019, a qual não mereceu a concordância da UAc porque o reforço orçamental atribuído no orçamento inicial para 2020 continuava a ser inferior ao aumento dos encargos decorrentes de alterações legislativas. Mais, o contrato não previa qualquer mecanismo de compensação pelo facto de as universidades insulares não terem tido acesso a fundos europeus do programa PORTUGAL 2020, uma realidade que deixou estas universidades em franca desvantagem relativamente às suas congéneres do Continente, em particular, no que respeita a verbas necessárias para a modernização administrativa, a transformação digital e a internacionalização, entre outras.



A recusa da UAc em assinar o referido contrato levou a que o Governo da República e o Governo Regional dos Açores, numa reunião realizada em Ponta Delgada, em fevereiro de 2020, liderada pelo então Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Vasco Cordeiro, e em que estiveram presentes, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e o reitor da Universidade dos Açores tivessem acordado em estabelecer um contrato-programa específico para a UAc, no qual se previa um reforço financeiro anual de 1,2 milhões de euros durante quatro anos, num total de 4,8 milhões de euros, com base no cumprimento de objetivos de coesão territorial e de modo a que a UAc fosse, pelo menos parcialmente, recompensada pelo facto de não ter beneficiado de fundos europeus do PORTUGAL 2020. Este contrato-programa, publicamente anunciado pelos governos que teria efeitos a 1 de janeiro de 2020, nunca veio a ser formalmente assinado e a situação mantém-se.

Para além dos constrangimentos financeiros, o ano de 2020 foi marcado pela situação de pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde, em março de 2020, em resultado da propagação do coronavírus SARS-COV-2 e da doença COVID-19 por ele provocada. A UAc foi uma das primeiras instituições a preparar-se para esta realidade, tendo aprovado o seu primeiro Plano de Contingência a 29 de fevereiro de 2020 e criado, desde, logo, mecanismos de prevenção e proteção para mitigar o impacto da pandemia. Num curto espaço de tempo teve de encerrar e adaptar instalações, montar sistemas de controlo e monitorização ao nível dos acessos aos três *campi* universitários e respetivos edifícios, reestruturar espaços físicos, reorganizar horários, garantir a continuidade dos serviços em teletrabalho, transitar para um regime de ensino à distância ou híbrido, e adaptar-se a todas as recomendações emanadas pelas Autoridades de Saúde regional e nacional, bem como às instruções da tutela.

Pode justamente dizer-se que 2020 foi um ano tanto atípico como difícil, mas é seguramente correto afirmar que a Universidade, uma vez mais, esteve à altura dos constrangimentos e contrariedades, e que, nos momentos mais complexos, toda a comunidade académica respondeu de forma positiva às exigências da situação, adaptando-se a um novo modelo de funcionamento ditado pelo cumprimento de rigorosas regras sanitárias. Os efeitos da pandemia, que se continuam a estender no ano de 2021, podem verificar-se na análise do relatório que seguidamente se apresenta.

Para um melhor conhecimento do desempenho da Universidade dos Açores no ano em apreço, o Relatório e Contas de 2020 deve ser analisado em conjunto com o Relatório de Atividades desse ano, um documento elaborado pela equipa reitoral e que resulta de informação da



atividade da UAc obtida junto dos diversos serviços, assim como dos relatórios apresentados pelas unidades orgânicas, faculdades, escolas e institutos, e pelos centros e núcleos de investigação.

O Relatório de Atividades de 2020 da Universidade dos Açores é um documento que contempla informação sobre a organização da UAc, caracteriza os seus recursos humanos em termos de docentes, investigadores e demais trabalhadores e colaboradores, e ilustra a evolução da instituição em termos de número de estudantes pelos diferentes ciclos de estudos. Nele encontram-se, igualmente, informações relativas às ações de formação complementar, bem como ao progresso dos diversos programas de mobilidade. Áreas como a investigação e desenvolvimento, em particular no que respeita a projetos e serviços de I&D, bem como a inovação e empreendedorismo e as tecnologias de informação e comunicação merecem igualmente destaque, num documento que, por fim, fornece informação sobre os eventos internos e externos ocorridos, bem como dos protocolos e acordos assinados.

Ambos os relatórios, após aprovação, serão publicitados no sítio da internet www.uac.pt



2. Análise das Demonstrações Orçamentais

No ano de 2020, a gestão orçamental da Universidade dos Açores continuou a evidenciar uma exigente afetação dos escassos recursos disponíveis às atividades e projetos desenvolvidos, em função das prioridades definidas, sempre num quadro de contenção e rigor orçamental e de procura de outras fontes de receitas próprias.

As demonstrações orçamentais que se apresentam e que seguidamente se analisam evidenciam, com detalhe, a previsão e execução, durante o ano de 2020, das diversas rubricas orçamentais do orçamento da Universidade dos Açores.

2.1. Desempenho Orçamental

A conta de gerência relativa a 31 de dezembro de 2020 apresentou um volume global de 23.319.775,36 euros, conforme o seguinte mapa de fluxos:

Quadro 1: Recebimentos e Pagamentos e Saldo de Gerência de 2020

Fluxos de recebimentos		Fluxos de pagamentos	
<i>1. Saldo da gerência anterior</i>		<i>3. Pagamentos na gerência</i>	
De dotações orçamentais (OE)	30 415,85	De dotações orçamentais (OE)	17 078 624,08
Da União Europeia (UE)	612 305,34	Da União Europeia (UE)	205 056,85
De receitas próprias	706 317,49	De receitas próprias	3 693 421,36
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	0,00	Fundos alheios (operações tesouraria)	12 327,97
	1 349 038,68		20 989 430,26
<i>2. Recebimentos na gerência</i>		<i>4. Saldo para a gerência seguinte (1+2-3)</i>	
De dotações orçamentais (OE)	17 192 396,84	De dotações orçamentais (OE)	144 188,61
Da União Europeia (UE)	509 844,82	Da União Europeia (UE)	917 093,31
De receitas próprias	4 256 167,05	De receitas próprias	1 269 063,18
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	12 327,97	Fundos alheios (operações tesouraria)	0,00
	21 970 736,68		2 330 345,10
TOTAL	23 319 775,36	TOTAL	23 319 775,36

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo resultante da execução orçamental foi de 2.330.345,10 euros (1.102.438,68 euros, no final do ano económico de 2019), devendo ser sublinhado que este saldo inclui 2.204.251,32 euros (1.014.776,24 euros, em 2019) de receitas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia ou outras entidades públicas e privadas.

A Universidade dos Açores continua a ser fortemente condicionada pela insuficiência das dotações atribuídas pelo Orçamento do Estado (OE), que são estruturalmente insuficientes para pagamento da totalidade das Despesas com o Pessoal.

Olis *Hyds.* *g*



Apesar de, em 2020, a Universidade dos Açores ter obtido a compensação de algumas das medidas estabelecidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2020, caso da redução do valor das propinas, continuou a verificar-se o incumprimento do “Contrato entre o Governo e as Universidades Públicas Portuguesas no Âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”, tendo o reforço orçamental atribuído no orçamento inicial para 2020 sido inferior ao aumento dos encargos com pessoal resultantes da aplicação das medidas de valorização remuneratória estabelecidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2018, que, em 2019, tiveram três progressões.

Neste contexto e apesar da Universidade dos Açores manter um quadro de contenção e rigor orçamental e de procura de outras fontes de receitas próprias, só foi possível afastar um quadro de rutura financeira em 2020 com o diferimento de algumas contratações previstas para a substituição de pessoal entretanto aposentado, assim como de novos docentes necessários para responder a exigências impostas pela A3ES.

O quadro seguinte sintetiza os indicadores gerais do desempenho orçamental do ano findo em 31 de dezembro de 2020.

Quadro 2: Principais Indicadores Orçamentais

	2020	2019	Euros Δ 2020 / 2019	
			Absoluta	Relativa
Orçamento Inicial	21 861 233	21 213 830	647 403	3,1%
Orçamento Corrigido	24 667 740	22 797 715	1 870 025	8,2%
Δ Orç. Corrigido / Inicial	12,8%	7,5%		
Receita Cobrada	23 307 447	21 782 603	1 524 844	7,0%
Despesa Paga	20 977 102	20 680 165	296 938	1,4%
Grau Execução Receita	94,5%	95,5%		-1,1%
Grau Execução Despesa	85,0%	90,7%		-6,3%
Orçamento do Estado (OE) (corrigido)	16 842 530	16 519 074	323 456	2,0%
Peso Financiamento do Estado	68,3%	72,5%		-5,8%

2.2. Alterações Orçamentais (Orçamento Inicial vs Orçamento Corrigido)

As alterações ao orçamento inicialmente aprovado para 2020 resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 1.102.441 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);



- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, não prevista em orçamento, para instalação de três laboratórios COVID-19, no montante total de 479.785 euros;
- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, não prevista em orçamento, consignada à dinamização de atividades e projetos atinentes ao aumento da competitividade do tecido empresarial dos Açores, no montante de 456.000 euros;
- receita proveniente da extinção da AUP – Associação das Universidades Portuguesas, não prevista em orçamento, no montante de 246.600 euros;
- receitas de projetos, não previstas em orçamento, no montante total de 193.677 euros;
- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, prevista em orçamento do ano anterior, para apoio à tripolaridade, no montante de 175.000 euros;
- reforço orçamental obtido do Ministério da Ciência e Ensino Superior, no montante de 150.386 euros, para compensação da redução do valor das propinas determinado pelo Orçamento do Estado para 2020;
- outras receitas não previstas em orçamento, no total de 2.618 euros.

O quadro seguinte apresenta o resumo das alterações orçamentais ocorridas em 2020.

Quadro 3: Alterações Orçamentais em 2020

	FF 311	FF 313	FF 319	FF 422	FF 482	FF 488	FF 513	FF 522	FF 540	Total
	OE	Saldo Gerência	FCT	UE - Projetos	UE - Erasmus	Saldo Gerência	Receitas Próprias	Saldo Gerência	Transf. AP	
Orçamento Inicial	16 692 144	0	364 637	83 134	360 360	0	3 729 771	0	631 187	21 861 233
Integração do Saldo de Gerência de 2019⁽¹⁾	0	30 416	0	0	0	612 306	0	459 719	0	1 102 441
Despesas com o pessoal		30 416				90 500		233 254		354 170
Aquisição de bens e serviços						109 775		129 839		239 614
Transferências correntes						412 031		80 838		492 869
Aquisição de bens de capital								15 788		15 788
Projetos não previstos em orçamento	0	0	4 534	68 095	0	0	0	0	741 950	814 579
Despesas com o pessoal			4 534						63 500	68 034
Aquisição de bens e serviços				68 095					668 450	736 545
Aquisição de bens de capital									10 000	10 000
Projetos não previstos em orçamento - Covid-1¹	0	0	0	0	0	0	0	0	479 785	479 785
Aquisição de bens e serviços									37 000	37 000
Aquisição de bens de capital									442 785	442 785
Reforço Orçamental (redução de propinas)	150 386	0	0	0	0	0	0	0	0	150 386
Despesas com o pessoal	150 386									150 386
AUP	0	0	0	0	0	0	0	246 600	0	246 600
Despesas com o pessoal								246 600	0	246 600
Reclassificação	0	0	0	0	0	0	2 047	0	-2 047	0
Aquisição de bens e serviços							2 047		-2 047	0
Outras receitas não previstas em orçamento	0	0	0	0	10 101	0	2 615	0	0	12 716
Transferências correntes					10 101		2 615			12 716
Total de alterações orçamentais	150 386	30 416	4 534	68 095	10 101	612 306	4 662	706 319	1 219 688	2 806 507
Orçamento Corrigido	16 842 530	30 416	369 171	151 229	370 461	612 306	3 734 433	706 319	1 850 875	24 667 740

⁽¹⁾ As diferenças para os saldos indicados no Quadro 1 devem-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais.



Em consequência das alterações orçamentais acima referidas, o orçamento corrigido da receita ascendeu a 24.667.740 euros, mais 12,8% do que o orçamento inicial aprovado, conforme se discrimina no quadro seguinte.

Quadro 4: Orçamento da Receita: Inicial versus Corrigido

Classificação Económica	2020		Euros	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido / Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	2 749 062	2 749 062	0	0,0%
5 Rendimentos de propriedades	4 385	4 385	0	0,0%
6 Transferências correntes	17 920 378	19 345 852	1 425 474	8,0%
7 Vendas de bens e serviços correntes	220 079	268 551	48 472	22,0%
8 Outras receitas correntes	631 100	602 012	-29 088	-4,6%
Total das receitas correntes	21 525 004	22 969 862	1 444 858	6,7%
10 Transferências de capital	336 171	336 171	0	-
15 Reposições não abatidas	58	12 666	12 608	21737,9%
16 Saldo da gerência anterior	0	1 349 041	1 349 041	-
Total das receitas de capital	336 229	1 697 878	1 361 649	405,0%
TOTAL	21 861 233	24 667 740	2 806 507	12,8%

As “Transferências de capital” correspondem ao financiamento da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a contratação de investigadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016, bem como para o desenvolvimento de projetos de investigação, classificado nesta rubrica por determinação da DGO (Direção Geral do Orçamento).

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da receita de 2020 teve um aumento de 8,2%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 5: Orçamento da Receita: Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

Classificação Económica	2020	2019	Euros	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido 2020 / Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	2 749 062	3 186 342	-437 280	-13,7%
5 Rendimentos de propriedades	4 385	4 385	0	0,0%
6 Transferências correntes	19 345 852	17 970 879	1 374 973	7,7%
7 Vendas de bens e serviços correntes	268 551	301 371	-32 820	-10,9%
8 Outras receitas correntes	602 012	659 923	-57 911	-8,8%
Total das receitas correntes	22 969 862	22 122 900	846 962	3,8%
10 Transferências de capital	336 171	151 962	184 209	121,2%
15 Reposições não abatidas	12 666	3 385	9 281	274,2%
16 Saldo da gerência anterior	1 349 041	519 468	829 573	159,7%
Total das receitas de capital	1 697 878	674 815	1 023 063	151,6%
TOTAL	24 667 740	22 797 715	1 870 025	8,2%

Por sua vez, a variação positiva de 12,8% do orçamento corrigido da despesa global, face ao orçamento inicial aprovado, ocorreu, em termos absolutos, essencialmente nas despesas

g



correntes (+2.205.329 euros), em especial nas aquisições de bens e serviços, em grande parte destinadas à dinamização de atividades e projetos atinentes ao aumento da competitividade do tecido empresarial dos Açores.

Quadro 6: Orçamento da Despesa: Inicial versus Corrigido

Classificação Económica	2020		Euros Δ Orç. Corrigido / Inicial	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	19 441 261	20 153 500	712 239	3,7%
2 Aquisição de bens e serviços	1 775 689	2 764 336	988 647	55,7%
3 Juros e outros encargos	0	0	0	-
4 Transferências correntes	551 088	1 020 971	469 883	85,3%
6 Outras despesas correntes	62 845	97 405	34 560	55,0%
Total das despesas correntes	21 830 883	24 036 212	2 205 329	10,1%
7 Aquisição de bens de capital	30 350	631 528	601 178	1980,8%
9 Ativos Financeiros	0	0	0	-
10 Passivos financeiros	0	0	0	-
Total das despesas de capital	30 350	631 528	601 178	1980,8%
TOTAL	21 861 233	24 667 740	2 806 507	12,8%

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da despesa de 2020 teve um aumento de 8,2%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 7: Orçamento da Despesa: Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

Classificação Económica	2020	2019	Euros Δ Orç. Corrigido 2020 / 19	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	20 153 500	19 644 928	508 572	2,6%
2 Aquisição de bens e serviços	2 764 336	1 926 666	837 670	43,5%
3 Juros e outros encargos	0	6 638	-6 638	-100,0%
4 Transferências correntes	1 020 971	929 226	91 745	9,9%
6 Outras despesas correntes	97 405	57 356	40 049	69,8%
Total das despesas correntes	24 036 212	22 564 814	1 471 398	6,5%
7 Aquisição de bens de capital	631 528	80 901	550 627	680,6%
9 Ativos Financeiros	0	2 000	-2 000	-
10 Passivos financeiros	0	150 000	-150 000	-100,0%
Total das despesas de capital	631 528	232 901	398 627	171,2%
TOTAL	24 667 740	22 797 715	1 870 025	8,2%

2.3. Execução Orçamental da Receita

2.3.1. Grau da Execução da Receita

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da receita, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma,



avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Quadro 8: Grau de Execução Orçamental da Receita

Classificação Económica	2020			2019			Δ Rec. Cobrada 2020 / 19	
	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	2 749 062	2 269 870	82,6%	3 186 342	2 893 368	90,8%	-623 498	-21,5%
5 Rendimentos de propriedades	4 385	4 385	100,0%	4 385	4 385	100,0%	0	0,0%
6 Transferências correntes	19 345 852	19 092 889	98,7%	17 970 879	17 898 242	99,6%	1 194 648	6,7%
MCTES	16 842 530	16 842 530	100,0%	16 519 074	16 519 074	100,0%	323 456	2,0%
Serviços e Fundos Autónomos	233 000	33 000	14,2%	257 798	230 250	89,3%	-197 250	-85,7%
Administração Regional	1 631 675	1 631 675	100,0%	394 039	394 038	100,0%	1 237 637	314,1%
Administração Local	19 200	10 700	55,7%	30 700	20 700	67,4%	-10 000	-48,3%
EU/Instituições	511 243	499 398	97,7%	613 262	613 261	100,0%	-113 863	-18,6%
Outros	108 204	75 587	69,9%	156 006	120 919	77,5%	-45 332	-37,5%
7 Vendas de bens e serviços correntes	268 551	253 469	94,4%	301 371	292 609	97,1%	-39 140	-13,4%
8 Outras receitas correntes	602 012	8 263	1,4%	659 923	19 191	2,9%	-10 927	-56,9%
Total das receitas correntes	22 969 862	21 628 876	94,2%	22 122 900	21 107 793	95,4%	521 083	2,5%
10 Transferências de capital	336 171	316 867	94,3%	151 962	151 961	100,0%	164 906	108,5%
15 Reposições não abatidas	12 666	12 666	100,0%	3 385	3 384	100,0%	9 281	274,2%
16 Saldo da gerência anterior	1 349 041	1 349 039	100,0%	519 468	519 465	100,0%	829 574	159,7%
Total das receitas de capital	1 697 878	1 678 571	98,9%	674 815	674 810	100,0%	1 003 761	148,7%
TOTAL	24 667 740	23 307 447	94,5%	22 797 715	21 782 603	95,5%	1 524 844	7,0%

Em 31 de dezembro de 2020, a receita cobrada do orçamento da Universidade dos Açores totalizou 23.307.447 euros, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 94,5% (95,5% em 2019). A redução do grau de execução da receita cobrada em 2020 é justificada pela rubrica de “Outras receitas correntes” onde se encontrava prevista uma receita extraordinária de 602 milhares de euros, que não se concretizou, com exceção do financiamento recebido da FCT, mas que se encontra classificado na rubrica de “Transferências de capital”.

Face ao ano anterior, a receita cobrada apresenta uma variação positiva de 7,0% (4,7%, em 2019), justificada principalmente pelo aumento das transferências correntes, nomeadamente de:

- transferências do OE, que, conforme se referiu anteriormente, ainda foram insuficientes para o aumento de despesas com o pessoal decorrentes das progressões das valorizações remuneratórias determinadas pelo Orçamento de Estado para 2018;
- transferências da FCT para a contratação de investigadores doutorados no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016;
- transferências do Governo Regional dos Açores, que, em 2020, transferiu a 2.ª tranche das verbas atribuídas em 2019 e a 1.ª e 2.ª tranches das verbas atribuídas no próprio ano, enquanto em 2019 tinha transferido no total duas tranches. Na data do presente relatório, encontra-se em discussão a proposta de Plano e Orçamento do Governo da Região Autónoma dos Açores para 2021, onde consta a atribuição do apoio à





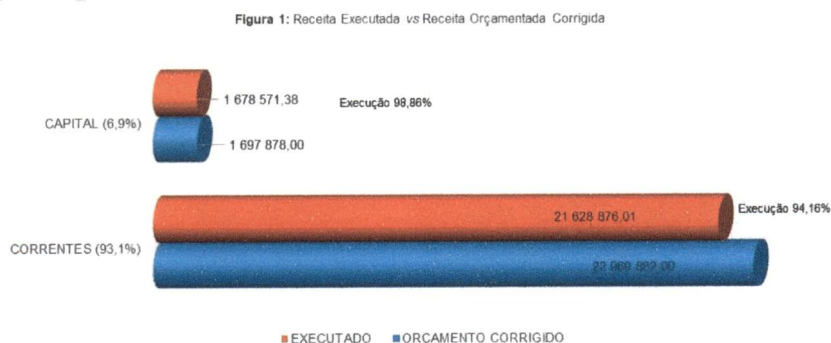
tripolaridade da UAc neste ano, no valor de 500.000 euros, montante superior ao atribuído em anos anteriores. Apesar de importante, este apoio é insuficiente para financiar os sobrecustos de funcionamento da estrutura tripolar da UAc, conforme tem sido reafirmado publicamente pelos órgãos desta instituição.

A rubrica de transferências do Governo Regional dos Açores inclui ainda as verbas recebidas e consignadas a projetos e, como tal, não disponíveis para financiar a atividade geral da UAc, das quais se destacam as transferências de 456.000 euros para a dinamização de atividades e projetos conducentes ao aumento da competitividade do tecido empresarial dos Açores, bem como a de 479.785 euros para a instalação de três laboratórios COVID-19.

Por outro lado, verificou-se uma redução significativa nas rubricas de:

- receitas próprias de propinas, registada na rubrica “Taxas, multas e outras penalidades”, que teve uma redução de 623.498 euros, menos 21,5%, decorrente da redução do valor das propinas determinada pela Lei do Orçamento de Estado para 2020, parcialmente compensada por transferências do OE, conforme referido anteriormente. Excluindo este efeito, as receitas próprias de propinas continuam a apresentar uma evolução negativa, conforme análise que será apresentada mais adiante.

A execução das receitas correntes e de capital e respetivo peso no orçamento corrigido apresenta-se na figura seguinte:



Receitas Correntes:

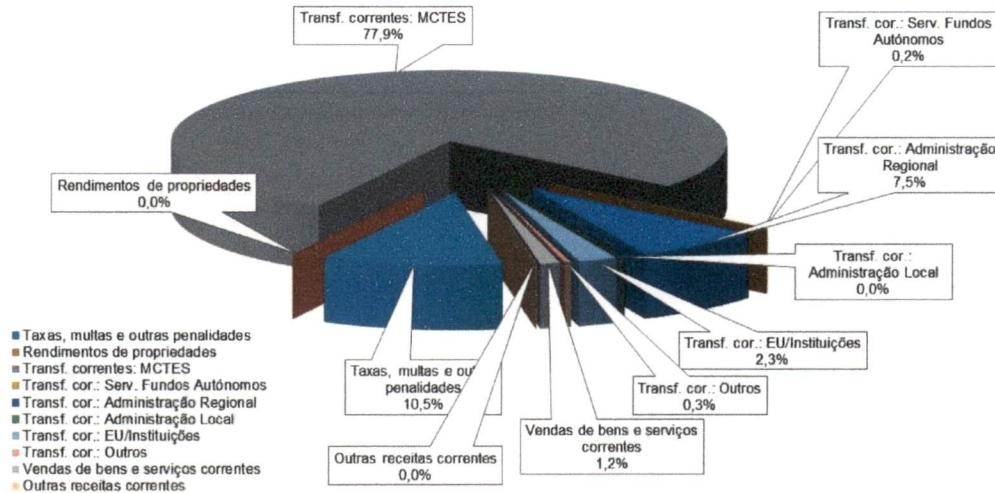
Cerca de 94,0% das receitas cobradas em 2020 são correntes, pelo que importa discriminar por grandes rubricas, conforme se apresenta na figura seguinte:

Olivia Regal

4



Figura 2: Estrutura das receitas correntes cobradas



A principal fonte de financiamento da Universidade dos Açores é o Orçamento do Estado (OE), que se esgota nas despesas com o pessoal, não sendo sequer suficiente para a totalidade destes encargos. O financiamento direto do OE ascendeu, em 2020, a 16.842.530 euros, o que representa 77,9% das receitas correntes e 72,3% (75,8% em 2019) do total da receita cobrada pela UAc.

Face ao ano anterior, as transferências do OE aumentaram 2,0%, em consequência dos reforços recebidos do MCTES, conforme referido anteriormente.

Apesar da redução do valor das propinas determinada pela Lei do Orçamento do Estado para 2020, a receita cobrada de propinas (“Taxas, multas e outras penalidades”) continua a representar a segunda fonte de financiamento, com 10,5% das receitas correntes e 9,7% (13,3% em 2019) da receita total cobrada pela Universidade dos Açores. No ponto seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada da estrutura e evolução recente desta rubrica.

A receita atribuída pela Região Autónoma dos Açores representou 7,5% das receitas correntes de 2020 e 7,0% (1,8% em 2019) do total da receita da Universidade dos Açores.

A receita proveniente das vendas de bens e serviços correntes, em 2020, representou 1,1% (1,3% em 2019) da receita cobrada, tendo atingido o montante de 253.469 euros, traduzindo uma redução de 13,4% face ao ano precedente. Inclui-se nesta rubrica a cobrança da afetação dos recursos humanos da Universidade dos Açores com funções no IMAR e no CIVISA.

Handwritten signature

Handwritten mark



As outras receitas correntes, em 2020, representaram 0,04% (0,1% em 2019) da receita cobrada, tendo atingido o montante de 8.263 euros, traduzindo um decréscimo de 56,9% face ao ano de 2019.

Receitas de Capital:

Em 2020, as receitas de capital atingiram 7,2% (3,1% em 2019) do total da receita cobrada pela Universidade dos Açores, com uma variação absoluta de 1.003.761 euros relativamente ao ano precedente, justificada sobretudo pelo aumento do saldo da gerência do ano anterior, correspondente, na sua quase totalidade, a verbas consignadas a projetos, por isso não disponíveis para investimento.

2.3.2. Propinas

A receita de propinas e outras taxas é a principal fonte de receitas próprias da Universidade dos Açores. Em 2020, a evolução desta receita foi negativa em 23,2% face ao ano anterior, conforme detalhe que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 9: Comparativo de taxas, multas e outras penalidades 2020-2019

	Euros		Δ 2020-2019	
	2020	2019	Absoluta	Relativa
Taxas	2 263 345	2 881 948	-618 603	-21,5%
Propinas	2 082 407	2 713 220	-630 813	-23,2%
1º Ciclo	1 337 272	1 747 648	-410 376	-23,5%
2º Ciclo	458 045	543 718	-85 673	-15,8%
3º Ciclo	97 679	119 474	-21 795	-18,2%
Mestrado integrado	153 405	229 692	-76 287	-33,2%
Propinas - Outras	36 007	72 688	-36 681	-50,5%
Taxas diversas	180 938	168 728	12 209	7,2%
Multas e outras penalidades	6 525	11 420	-4 895	-42,9%
Juros de mora	6 525	11 420	-4 895	-42,9%
TOTAL	2 269 870	2 893 368	-623 498	-21,5%

A principal rubrica deste agrupamento é a receita de propinas, cuja estrutura detalhada, para o ano de 2020, se apresenta no quadro seguinte com a repartição por unidades orgânicas, ciclo de estudos e anos letivos de 2020-2021, 2019-2020 e anteriores.





Quadro 10: Total de propinas cobradas no ano de 2020 por unidade orgânica

U.O.	Ano letivo	2020										2019	
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Mest Int	Pós-Grad	CET	CTeSP	Outros	Total	% Total	Total	% Total
ESS		274 471							160	274 631	13,0%	368 743	13,6%
Anteriores			688							688		249 901	
2019-20		196 958							160	197 118		118 843	
2020-21		76 825								76 825			
EST								11 390		11 390	0,5%	15 106	0,6%
Anteriores								66		66		9 904	
2019-20								8 297		8 297		5 202	
2020-21								3 026		3 026			
FCAA		59 634	53 386	14 926	34 078		356		2 520	164 899	7,8%	231 190	8,5%
Anteriores		5 406	3 650	210			238			9 504		157 634	
2019-20		39 676	36 894	13 035	22 229		118		1 800	113 752		73 556	
2020-21		14 552	12 842	1 681	11 849				720	41 643			
FCSH		556 793	121 167	9 854	5 400	4 748			2 778	700 741	33,1%	921 925	34,0%
Anteriores		14 729	8 375	833		898				24 835		590 876	
2019-20		371 944	77 019	6 663	5 400				2 060	463 086		331 050	
2020-21		170 120	35 773	2 359		3 850			718	212 820			
FCT		173 449	65 832	73 296	113 926				475	426 978	20,2%	502 653	18,5%
Anteriores		2 889	4 897		1 063				-600	8 250		324 782	
2019-20		116 411	34 999	69 785	68 426				625	290 246		177 871	
2020-21		54 149	25 936	3 511	44 436				450	128 482			
FEF		272 925	217 660	32 604					6 310	529 499	25,0%	665 474	24,5%
Anteriores		8 167	8 819							16 986		413 302	
2019-20		187 578	148 033	19 647					3 605	358 863		252 173	
2020-21		77 180	60 808	12 957					2 705	153 650			
IVAR											0,0%	600	0,0%
Anteriores												600	
2019-20													
2020-21													
Outros									7 270	7 270	0,3%	8 472	0,3%
TOTAL ⁽¹⁾		1 337 272	458 045	130 679	153 405	4 748	356	11 390	19 513	2 115 407	100,0%	2 714 163	100,0%
% Total		63,2%	21,7%	6,2%	7,3%	0,2%	0,0%	0,5%	0,9%	100,0%			

⁽¹⁾ A diferença destes totais com a rubrica de propinas do quadro anterior deve-se a diferenças de classificação, que não são relevantes para esta análise.

Em termos de peso relativo por unidade orgânica (U.O.), verifica-se uma estabilidade em 2020 face ao ano anterior.

Por ciclo de estudos, verifica-se que o montante mais elevado de propinas corresponde ao 1.º ciclo de estudos, com 63,2% (64,4%, em 2019) do total.

Relativamente a propinas de anos letivos anteriores em dívida, apresenta-se no quadro seguinte a situação agregada dessas dívidas e os montantes recuperados através da Autoridade Tributária, desde 2015. Como se pode verificar pelas taxas médias de recuperação, este procedimento tem produzido resultados muito satisfatórios, com uma taxa média de recuperação que atinge 80,9%, excluindo o último ano letivo, cujo processo de cobrança ainda se encontra no início.



Quadro 11: Dívidas de propinas em cobrança na Autoridade Tributária (AT)

Ano letivo	Dívida inicial	Recebido desde 2015	Dívida 31/12/2020	Euros	
				% recuperação acumulada 31/12/2020	% recuperação acumulada 31/12/2019
2006 / 2007	38 859,51	34 024,00	4 835,51	87,6%	87,3%
2007 / 2008	52 246,48	47 791,36	4 455,12	91,5%	91,5%
2008 / 2009	78 201,00	63 466,50	14 734,50	81,2%	81,0%
2009 / 2010	81 436,62	72 548,46	8 888,16	89,1%	89,1%
2010 / 2011	108 734,20	90 703,21	18 030,99	83,4%	83,2%
2011 / 2012	98 861,42	74 073,59	24 787,83	74,9%	73,5%
2012 / 2013	91 789,17	76 482,70	15 306,47	83,3%	82,4%
2013 / 2014	59 992,50	53 120,62	6 871,88	88,5%	86,4%
2014 / 2015	46 663,71	33 697,95	12 965,76	72,2%	71,3%
2015 / 2016	42 897,81	39 822,49	3 075,32	92,8%	89,9%
2016 / 2017	30 226,83	22 830,72	7 396,11	75,5%	73,4%
2017 / 2018	56 341,48	43 359,77	12 981,71	77,0%	72,8%
2018 / 2019	44 278,29	19 892,00	24 886,29	44,9%	
Total AT	830 529,02	671 813,37	159 215,65	80,9%	81,8%
2018/2019 (*)			87 006,86		
Planos de pagamento			6 223,50		
Pendentes			21 463,35		
TOTAL			273 909,36		

(*) Remetido à AT em 2020.

2.4. Execução Orçamental da Despesa

2.4.1. Grau da Execução da Despesa

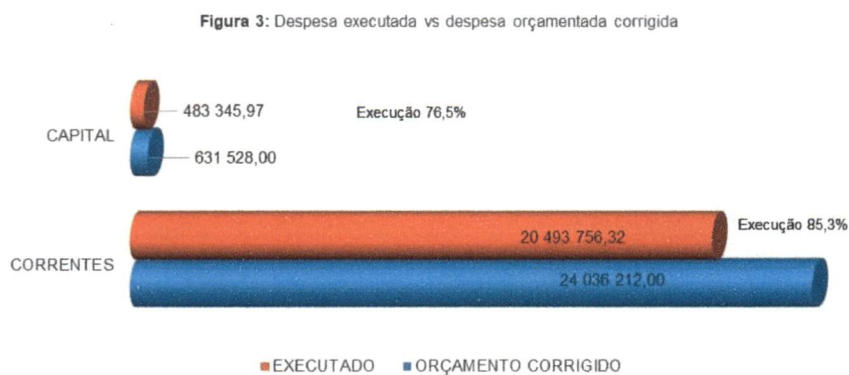
No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da despesa, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma, avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Quadro 12: Grau de Execução Orçamental da Despesa

Classificação Económica	2020			2019			Δ Desp. Paga 2020 / 19	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	20 153 500	18 901 771	93,8%	19 644 928	18 485 589	94,1%	416 182	2,3%
Remunerações certas e permanentes	15 310 962	15 144 250	98,9%	14 939 336	14 837 379	99,3%	306 870	2,1%
Abonos variáveis	178 978	173 952	97,2%	146 297	140 484	96,0%	33 468	23,8%
Encargos sobre remunerações	4 663 560	3 583 570	76,8%	4 559 295	3 507 727	76,9%	75 844	2,2%
2 Aquisição de bens e serviços	2 764 336	1 235 939	44,7%	1 926 666	1 493 766	77,5%	-257 827	-17,3%
Aquisição de bens	447 329	201 516	45,0%	254 225	164 929	64,9%	36 587	22,2%
Aquisição de serviços	2 317 007	1 034 423	44,6%	1 672 441	1 328 837	79,5%	-294 414	-22,2%
3 Juros e outros encargos	0	0		6 638	6 638	100,0%	-6 638	-100,0%
4 Transferências correntes	1 020 971	260 514	25,5%	929 226	435 596	46,9%	-175 082	-40,2%
6 Outras despesas correntes	97 405	95 532	98,1%	57 356	51 726	90,2%	43 806	84,7%
Total das despesas correntes	24 036 212	20 493 756	85,3%	22 564 814	20 473 315	90,7%	20 441	0,1%
7 Aquisição de bens de capital	631 528	483 346	76,5%	80 901	54 849	67,8%	428 497	781,2%
9 Ativos Financeiros	0	0		2 000	2 000	100,0%	-2 000	-100,0%
10 Passivos financeiros	0	0		150 000	150 000	100,0%	-150 000	-100,0%
Total das despesas de capital	631 528	483 346	76,5%	232 901	206 849	88,8%	276 497	133,7%
TOTAL	24 667 740	20 977 102	85,0%	22 797 715	20 680 165	90,7%	296 938	1,4%



Em 2020, a despesa total executada, no orçamento da Universidade dos Açores, foi de 20.977.102 euros, 1,4% superior à despesa total executada no ano anterior, principalmente justificado pelo aumento das “Despesas com o Pessoal”. Face à despesa orçamentada corrigida, que totalizava 24.667.740 euros, o grau de execução foi de 85% (90,7%, em 2019). Esta redução do grau de execução do orçamento total é justificada pelo aumento de verbas não executadas de projetos, mas que continuam consignadas à execução dos mesmos. A execução das despesas correntes e de capital e respetivo peso no orçamento corrigido apresenta-se na figura seguinte:



Como facilmente se compreenderá, a execução da despesa ao nível dos projetos no ano de 2020 foi significativamente afetada pela situação de pandemia.

Despesas Correntes:

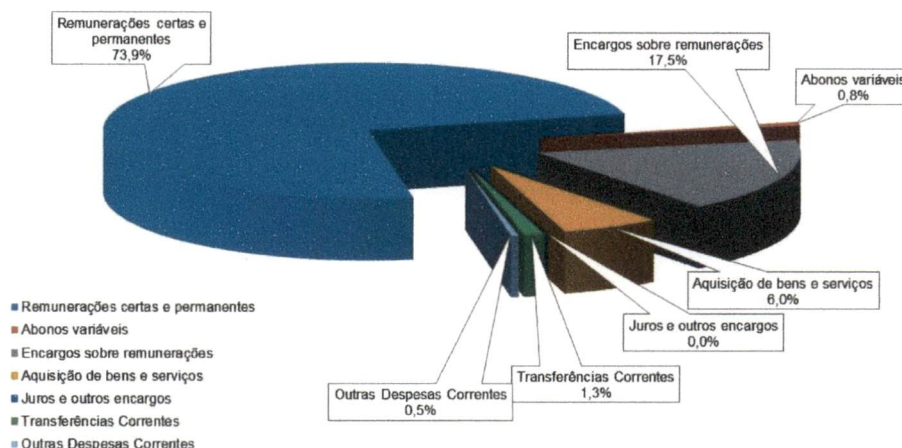
Cerca de 97,4% da despesa executada em 2020 corresponde a despesas correntes, pelo que importa discriminar a sua composição e evolução por grandes rubricas (Figura 4).

As “Despesas com pessoal”, em 2020, ascenderam a 18.902 milhares de euros e representam 92,2% (90,3% em 2019) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2019, registou-se um acréscimo de 416 milhares de euros, um aumento de 2,3%, consequência, sobretudo, dos efeitos das valorizações remuneratórias.

As “Remunerações certas e permanentes”, em 2020, representaram 73,9% (72,5% em 2019) da despesa corrente paga, tendo atingido o montante de 15.144 milhares de euros, um aumento de 2,1% face ao ano anterior.



Figura 4: Estrutura da despesa corrente executada



Os “Abonos variáveis”, em 2020, representaram 0,8% (0,7% em 2019) da despesa corrente paga, no montante global de 174 milhares de euros, com um aumento de 33 milhares de euros face ao ano anterior.

Os “Encargos sobre remunerações”, em 2020, representaram 17,5% (17,1% em 2019) da despesa corrente paga, no montante global de 3.584 milhares de euros, traduzindo um aumento de 2,2% face ao ano precedente.

A “Aquisição de bens e serviços”, em 2020, ascendeu a 1.236 milhares de euros e representou 6,0% (7,3% em 2019) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2019, verificou-se uma redução de 258 milhares de euros (menos 17,3%).

As “Transferências correntes”, em 2020, representaram cerca de 1,3% (2,1% em 2019) da despesa corrente paga, no montante global de 261 milhares de euros, traduzindo uma diminuição de 40,2% face ao ano precedente. Esta rubrica inclui principalmente o pagamento de bolsas de mobilidade.

As “Outras despesas correntes”, em 2020, ascenderam a 96 milhares de euros e representaram 0,5% (0,3% em 2019) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2019, regista-se um aumento de cerca de 84,7%. O aumento é justificado principalmente pela restituição, em cerca de 54,8 milhares de euros, à Agência Nacional Erasmus, relativa a mobilidades programadas e não executadas em consequência da pandemia pelo SARS-COV-2.



Despesas de Capital:

As despesas de capital, em 2020, representavam cerca de 2,6% (1,0% em 2019) do orçamento corrigido.

A execução da despesa na aquisição de bens de capital teve um aumento de 429 milhares de euros face ao ano anterior, uma variação de 781,2%, justificada pelo facto de, em 2020, a UAç ter instalado três laboratórios COVID-19, com verbas atribuídas pelo Governo Regional dos Açores

Dada a falta de meios financeiros disponíveis, as despesas de capital realizadas na aquisição de bens continuam a ser manifestamente insuficientes para as necessidades de investimento da UAç e continuam a representar uma fatia diminuta da despesa total realizada, quedando-se, em 2020, em 2,3% (0,35% em 2019) da despesa total. A impossibilidade de se aceder a fundos europeus, designadamente, no que se refere a medidas relacionadas com a modernização administrativa e a transformação digital, continuou a acentuar esta realidade.

Relativamente aos passivos financeiros, em 2019 foi paga a última prestação, no montante de 150 milhares de euros, do empréstimo concedido pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças, à Universidade dos Açores, em 28/06/2012, no montante inicial de 2.750.000 euros, no contexto da aprovação do plano de reequilíbrio financeiro da UAç, pelo que não existiu execução de serviço de dívida em 2020.

2.4.2. Despesas com Pessoal

A rubrica das “Despesas com pessoal”, dado o seu peso na estrutura da despesa total da Universidade dos Açores, é considerada a mais crítica para a execução orçamental. O peso desta rubrica aumentou para 90,1% da despesa total em 2020, que compara com 89,4% em 2019, em resultado das valorizações remuneratórias ocorridas em 2020.

O quadro e figura seguintes apresentam em detalhe a composição das despesas com pessoal em 2020 e a sua comparação com o ano precedente.

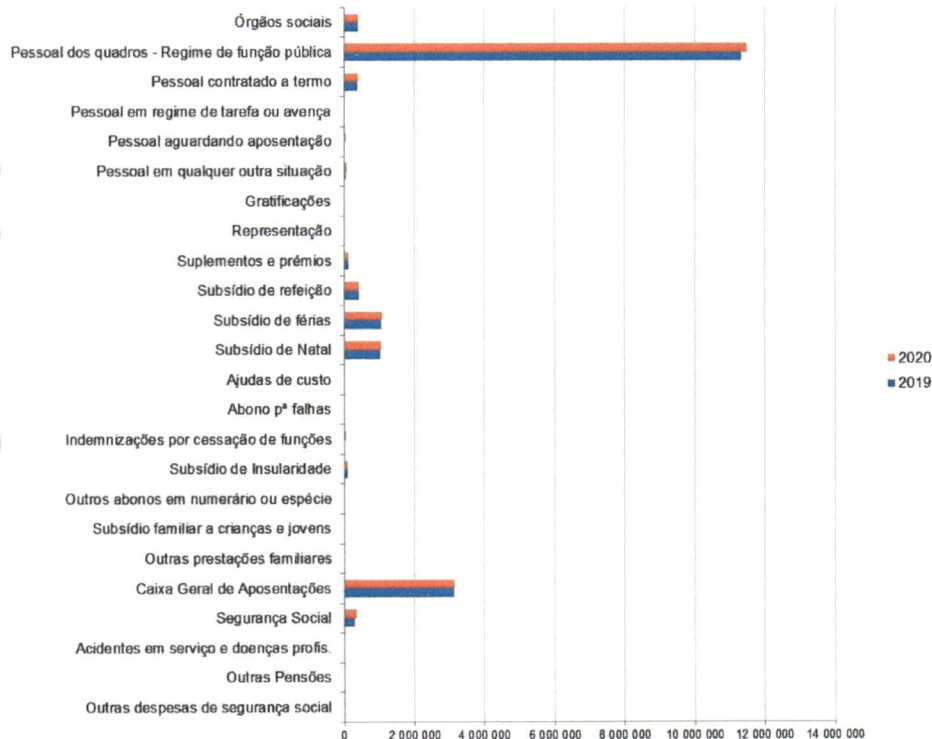




Quadro 13 - Desagregação das Despesas com Pessoal

Classificação Económica	2020				2019		Δ Desp. Paga 2020 / 19	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orc.	% total	Despesa Paga	% total	Absoluta	Relativa
Remunerações certas e permanentes	15 310 962	15 144 250	98,9%	80,1%	14 837 379	80,3%	306 870	2,1%
Órgãos sociais	410 291	410 291	100,0%		411 972		-1 681	-0,4%
Pessoal dos quadros - Regime de função pública	11 626 788	11 474 358	98,7%		11 320 657		153 701	1,4%
Pessoal contratado a termo	400 974	400 973	100,0%		367 278		33 695	9,2%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	49 188	34 910	71,0%		0		34 910	163,0%
Pessoal aguardando aposentação	49 531	49 530	100,0%		18 831		30 699	163,0%
Pessoal em qualquer outra situação	68 452	68 452	100,0%		57 655		10 797	18,7%
Gratificações	1 400	1 400	100,0%		1 392		8	0,6%
Representação	28 974	28 974	100,0%		29 462		-488	-1,7%
Suplementos e prémios	122 866	122 865	100,0%		128 824		-5 959	-4,6%
Subsídio de refeição	418 525	418 525	100,0%		425 889		-7 365	-1,7%
Subsídio de férias	1 084 221	1 084 221	100,0%		1 046 253		37 968	3,6%
Subsídio de Natal	1 049 752	1 049 752	100,0%		1 029 166		20 586	2,0%
Abonos variáveis ou eventuais	178 978	173 952	97,2%	0,9%	140 484	0,8%	33 468	23,8%
Ajudas de custo	9 512	4 487	47,2%		10 909		-6 422	-58,9%
Abono p ^a falhas	3 622	3 621	100,0%		3 139		482	15,4%
Indemnizações por cessação de funções	56 608	56 608	100,0%		19 962		36 646	183,6%
Subsídio de Insularidade	104 480	104 480	100,0%		103 277		1 203	1,2%
Outros abonos em numerário ou espécie	4 756	4 756	100,0%		3 197		1 559	48,7%
Segurança social	4 663 560	3 583 570	76,8%	19,0%	3 507 727	19,0%	75 844	2,2%
Subsídio familiar a crianças e jovens	12 393	12 393	100,0%		13 938		-1 545	-11,1%
Outras prestações familiares	4 261	2 633	61,8%		0		2 633	
Contribuições p^a a segurança social	4 593 631	3 515 271	76,5%		3 426 542		88 729	2,6%
Caixa Geral de Aposentações	4 215 242	3 156 075	74,9%		3 126 710		29 364	0,9%
Segurança Social	378 389	359 196	94,9%		299 832		59 364	19,8%
Acidentes em serviço e doenças profis.	30 131	30 130	100,0%		31 256		-1 126	-3,6%
Outras Pensões	14 457	14 457	100,0%		21 258		-6 801	-32,0%
Outras despesas de segurança social	8 687	8 687	100,0%		14 733		-6 046	-41,0%
TOTAIS	20 153 500	18 901 771	93,8%	100,0%	18 485 589	100,0%	416 182	2,3%

Figura 5: Despesas com Pessoal





2.4.3. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica de “Aquisição de bens e serviços”, que representa 5,9% (7,2% em 2019) da despesa total da Universidade dos Açores, corresponde ao segundo maior grupo de despesa corrente e engloba toda a tipologia de despesa afeta ao funcionamento da instituição.

O quadro seguinte apresenta em detalhe a composição das despesas desta rubrica em 2020 e a comparação com o ano precedente.

Quadro 14 - Desagregação das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Classificação Económica	2020				2019		Δ Desp. Paga 2020 / 19	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orc.	% total	Despesa Paga	% total	Absoluta	Relativa
Aquisição de bens	447 329	201 516	45,0%	16,3%	164 929	11,0%	36 587	22,2%
Matérias-primas e subsidiárias	150 251	21 504	14,3%	1,7%	28 030	1,9%	-6 526	-23,3%
Combustíveis e lubrificantes	7 540	5 566	73,8%	0,5%	7 744	0,5%	-2 178	-28,1%
Limpeza e higiene	62 919	57 682	91,7%	4,7%	17 057	1,1%	40 625	238,2%
Vestuário e artigos pessoais	429	212	49,5%	0,0%	3 462	0,2%	-3 250	-93,9%
Material de escritório	54 102	46 041	85,1%	3,7%	34 321	2,3%	11 720	34,1%
Prémios, condecorações e ofertas	3 682	1 603	43,5%	0,1%	27 858	1,9%	-26 255	-94,2%
Ferramentas e utensílios	10 906	7 997	73,3%	0,6%	6 976	0,5%	1 022	14,6%
Livros e documentação técnica	1 716	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0	
Artigos honoríficos e de decoração	177	177	100,0%	0,0%	0	0,0%	177	
Material de educação, cultura e recreio	9 918	2 650	26,7%	0,2%	1 471	0,1%	1 179	80,1%
Outros bens	145 669	58 082	39,9%	4,7%	38 010	2,5%	20 072	52,8%
Aquisição de serviços	2 317 007	1 034 423	44,6%	83,7%	1 328 837	89,0%	-294 414	-22,2%
Encargos das instalações	360 628	291 388	80,8%	23,6%	374 312	25,1%	-82 924	-22,2%
Conservação de bens	234 833	43 968	18,7%	3,6%	32 330	2,2%	11 638	36,0%
Comunicações	23 675	16 903	71,4%	1,4%	21 147	1,4%	-4 244	-20,1%
Transportes	431	430	99,7%	0,0%	223	0,0%	207	92,6%
Seguros	18 294	17 679	96,6%	1,4%	17 087	1,1%	592	3,5%
Deslocações e estadas	104 190	20 830	20,0%	1,7%	83 662	5,6%	-62 833	-75,1%
Estudos, pareceres, projetos e consult.	9 647	6 004	62,2%	0,5%	3 746	0,3%	2 258	60,3%
Formação	1 995	1 995	100,0%	0,2%	0	0,0%	1 995	
Publicidade	39 673	16 898	42,6%	1,4%	15 364	1,0%	1 533	10,0%
Vigilância e segurança	204 889	175 103	85,5%	14,2%	126 849	8,5%	48 254	38,0%
Assistência técnica	70 696	64 600	91,4%	5,2%	89 562	6,0%	-24 962	-27,9%
Outros trabalhos especializados	921 059	215 092	23,4%	17,4%	325 184	21,8%	-110 092	-33,9%
Outros serviços de saúde	2 060	569	27,6%	0,0%	0	0,0%	569	
Outros serviços	324 937	162 965	50,2%	13,2%	239 370	16,0%	-76 405	-31,9%
TOTAIS	2 764 336	1 235 939	44,7%	100,0%	1 493 766	100,0%	-257 827	-17,3%

A “Aquisição de bens” registou em 2020 um aumento de 36.587 euros, mais 22,2%, que se deveu, principalmente, ao aumento das despesas com a aquisição de produtos de limpeza e higiene, no âmbito da proteção contra o vírus SARS-COV-2, e ao aumento da despesa com bibliografia, registada na rubrica “Material de educação, cultura e recreio”.

Por outro lado, a “Aquisição de serviços” registou em 2020 uma redução de 294.414 euros, menos 22,2% face ao ano precedente, justificada principalmente pela redução dos “Outros trabalhos especializados”, decorrente da redução das contratações à hora letiva. Esta rubrica de “Outros trabalhos especializados” é composta principalmente por encargos com a atividade

ly



letiva, na forma de contratações à hora letiva e do protocolo de medicina, que, no conjunto, ascenderam a 155 milhares de euros em 2020 (250 milhares de euros em 2019). Contribuíram também, de forma significativa, as reduções dos “Encargos com instalações”, em resultado das poupanças obtidas nos consumos de água e eletricidade, fruto também da adoção do regime de teletrabalho, bem como nas “Deslocações e estadas”, ambas em consequência da pandemia SARS-COV-2.

O principal aumento na “Aquisição de serviços” ocorreu na “Vigilância e segurança”, na sequência da necessidade de aumento para 24 horas do serviço de vigilância e segurança nos *campi* de Angra do Heroísmo e da Horta, para se garantir o controlo e a monitorização dos acessos às respetivas instalações em tempo de pandemia.

Em 2020, na rubrica de “Outros serviços”, destaca-se o licenciamento de *software Microsoft* (60.505,28 euros), sendo o restante referente a outros licenciamentos de *software* e prestações de serviços diversos.

As figuras seguintes ilustram a estrutura das despesas com aquisições de bens e das despesas com aquisições de serviços, em 2020, e a sua comparação com o ano precedente.

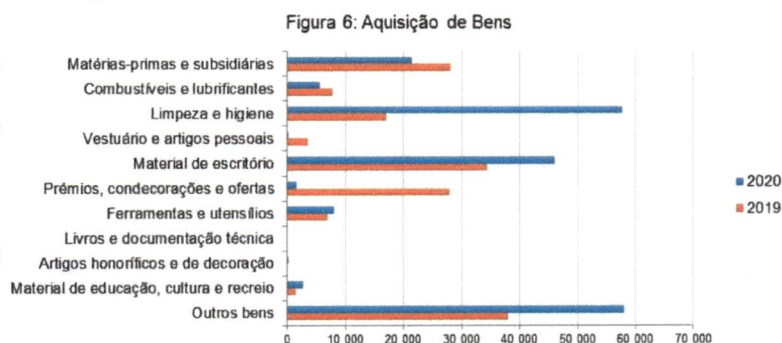
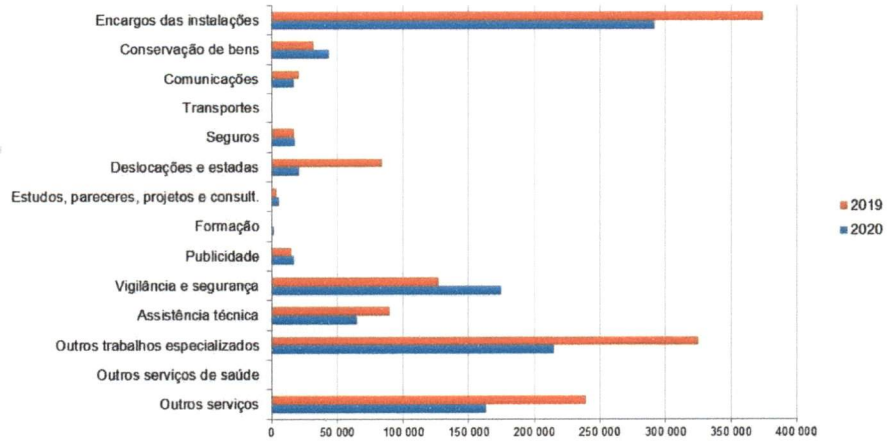




Figura 7: Aquisição de Serviços



Chris Aguiar

E



3. Análise das Demonstrações Financeiras

3.1. Contas de Resultados

O resultado líquido do período, em base SNC-AP, foi de 96.033,66 euros, que compara com 68.993,83 euros do período anterior, ou seja, uma variação positiva de 39,2%.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das principais rubricas de rendimentos e gastos do período e alguns indicadores económicos relevantes.

Quadro 15: Rendimentos e gastos de 2020 e 2019 e indicadores económicos

(montantes em milhares de euros)	2020	2019	Δ 2020 / 19	
			Absoluta	%
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2 500	2 904	-404	-13,9%
Vendas e Prestações de serviços	220	271	-51	-18,7%
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	17 737	17 430	307	1,8%
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-28	-45	-17	-38,3%
Fornecimentos e serviços externos	-1 250	-1 416	-166	-11,7%
Gastos com pessoal	-18 820	-18 470	350	1,9%
Transferências e subsídios concedidos	-261	-436	-175	-40,2%
Imparidades (perdas/reversões)	-12	-5	7	143,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-27	-8	19	243,6%
Outros rendimentos e gastos	750	593	157	26,5%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	811	819	-8	-0,9%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-715	-747	-33	-4,4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	96	71	25	35,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	-
Juros e gastos similares suportados	0	-2	2	-100,0%
Resultados antes de impostos	96	69	27	39,2%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	-
Resultado líquido do período	96	69	27	39,2%
Indicadores económicos			0	
EBITDA (1)	850	831	18	2,2%
Gastos com pessoal / (propinas + Vendas + Transf. correntes)	92,0%	89,6%	2,4%	
Gasto médio por empregado (em milhares de euros)	42,2	42,0	0,2	0,5%
Número médio de empregados	446	440		
Número de empregados no final do ano	449	442		

(1) Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.



O resultado líquido do período está influenciado positivamente pelo aumento das “Transferências correntes e subsídios exploração obtidos”, que cresceram 307 milhares de euros, ou seja, mais 1,8%. Tal deveu-se, sobretudo: (a) ao reforço de 150 milhares de euros pela compensação da redução das propinas, por força do OE para 2020; (b) à redução das “Transferências e subsídios concedidos”, que diminuíram 175 milhares de euros face a 2019, correspondente a uma redução de 40,2%, derivado sobretudo da diminuição da atribuição de bolsas de mobilidade; (c) à redução de 166 milhares de euros nos “Fornecimentos e serviços externos”, menos 11,7% que o ano transato, que, apesar do aumento ocorrido com vigilância e segurança, bem como com a higiene e limpeza, registou uma diminuição nas contratações à hora letiva e nos custos de atividade (eletricidade, água e viagens), em virtude do encerramento da instituição em alguns meses de 2020 e da adoção do regime de teletrabalho; (d) à variação líquida positiva dos “Outros rendimentos e gastos” em 157 milhares de euros, respeitante a um aumento de 26,5% face a 2019, principalmente em resultado de imputações de subsídios ao investimento, na proporção da respetiva taxa de amortização.

O resultado líquido do período está negativamente influenciado pela redução, em 404 milhares de euros, da rubrica “Impostos de taxas (propinas e taxas)”, que reflete uma variação negativa de 13,9% face a 2019. Tal facto resultou: (a) da redução do valor das propinas imposta pelo OE de 2020; (b) dos efeitos da pandemia; e (c) do aumento dos “Gastos com o pessoal” em 350 milhares de euros, que representa mais 1,9% do que em 2019, sobretudo devido às valorizações remuneratórias e ao reforço do pessoal docente para fazer face ao desdobramento de turmas imposto por necessidades de proteção decorrentes da situação pandémica.

Em face das variações ocorridas, o resultado líquido do período foi de 96 milhares de euros, registando um aumento de 39,2% face ao ano de 2019. Verifica-se também uma melhoria do EBITDA em 2,2%, o que evidencia, no geral, uma melhoria das condições económicas de exploração no ano de 2020, pois, apesar do ano atípico vivido, foi possível equilibrar as variações dos gastos e dos proveitos.



3.2. Contas do Balanço

A estrutura do balanço manteve-se estável em 2020, face ao final de 2019, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 16: Estrutura do balanço de 2020 e 2019

Ml euros

(montantes em milhares de euros)	2020		2019		Δ 2020 / 19
	Quantia líquida	Peso %	Quantia líquida	Peso %	
Ativo não corrente	44 497	91,6%	44 778	93,7%	-0,6%
Ativos fixos tangíveis	43 650	89,8%	43 880	91,8%	-0,5%
Ativos intangíveis	4	0,0%	5	0,0%	-22,5%
Participações financeiras	843	1,7%	893	1,9%	-5,6%
Ativo corrente	4 088	8,4%	3 021	6,3%	35,3%
Inventários	112	0,2%	105	0,2%	7,2%
Devedores por transferências e subsídios	1	0,0%	0	0,0%	-
Clientes, contribuintes e utentes	1 602	3,3%	1 576	3,3%	1,6%
Outras contas a receber	0	0,0%	175	0,4%	-100,0%
Diferimentos	42	0,1%	63	0,1%	-32,8%
Caixa e depósitos	2 330	4,8%	1 102	2,3%	111,4%
Total do ativo	48 585	100,0%	47 800	100,0%	1,6%
Património líquido	41 002	84,4%	41 139	86,1%	-0,3%
Passivo não corrente	1 482	3,0%	1 499	3,1%	-1,2%
Provisões	1 482	3,0%	1 499	3,1%	-1,2%
Passivo corrente	6 101	12,6%	5 161	10,8%	18,2%
Fornecedores	13	0,0%	3	0,0%	368,1%
Estado e outros entes públicos	2	0,0%	3	0,0%	-44,3%
Financiamentos obtidos	0	0,0%	0	0,0%	-
Fornecedores de investimentos	5	0,0%	1	0,0%	457,4%
Outras contas a pagar	2 545	5,2%	2 541	5,3%	0,1%
Diferimentos	3 536	7,3%	2 613	5,5%	35,3%
Total património líquido e passivo	48 585	100,0%	47 800	100,0%	1,6%

O ativo líquido ascendia a 48.585 milhares de euros, no final de 2020, registando uma ligeira variação de 1,6% face ao ano anterior.

Os grandes agregados do ativo líquido, ativo não corrente e ativo corrente, do passivo e do património líquido também se mantiveram relativamente estáveis, verificando-se, contudo, um ligeiro aumento do peso relativo do ativo corrente e do passivo corrente, principalmente em consequência: no ativo corrente, do aumento dos saldos de “Caixa e depósitos” resultantes do aumento do saldo de receitas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia ou outras entidades públicas e privadas; no passivo corrente, do aumento dos





“Diferimentos”, em função de projetos cujas verbas foram recebidas em 2020, mas cuja execução teve, inevitavelmente, de transitar para anos subsequentes, quer pelos atrasos impostos pela pandemia, quer pelo recebimento no final do ano de algumas das verbas em causa.

A principal rubrica do ativo líquido é composta pelos “Ativos fixos tangíveis”, que representa 89,8% do ativo líquido, seguida dos saldos de “Caixa e depósitos”, que representa 4,8% do ativo líquido, e pelas dívidas de “Clientes, contribuintes e utentes”, que representa 3,3% do ativo líquido, a mesma percentagem do ano transato. Os saldos de “Caixa e depósitos” tiveram um aumento significativo, mas, conforme já referido anteriormente, a grande maioria destes saldos correspondem a verbas consignadas e por isso não disponíveis para a gestão corrente da UAç.

O saldo de “Clientes, contribuintes e utentes”, a 31/12/2020, é composto por:

- Clientes c/c: 1.514,68 euros;
- Utentes: 1.525.154,52 euros;
- Clientes de cobrança duvidosa: 55.968,23 euros, com imparidade acumulada de 100%;
- Utentes de cobrança duvidosa: 273.909,36 euros, com imparidade acumulada de 198.551,62 euros (72,5%)

No lado do passivo, as rubricas mais relevantes são os “Diferimentos”, que representam 7,3% do passivo e património líquido, e que correspondem a rendimentos a reconhecer no ano seguinte relativos a receitas consignadas de projetos (1.877.153,04 euros), a propinas (1.488.710,84 euros) e à verba recebida da FGF, que se destina a suportar encargos futuros com a contratação de docentes ao abrigo de concursos internacionais (200.000,00 euros), e as “Outras contas a pagar”, que representam 5,2% do passivo e património líquido (valor praticamente idêntico a 2019), e correspondem, na sua quase totalidade, às remunerações de férias e subsídios de férias a pagar no ano seguinte (2.507.095,84 euros).

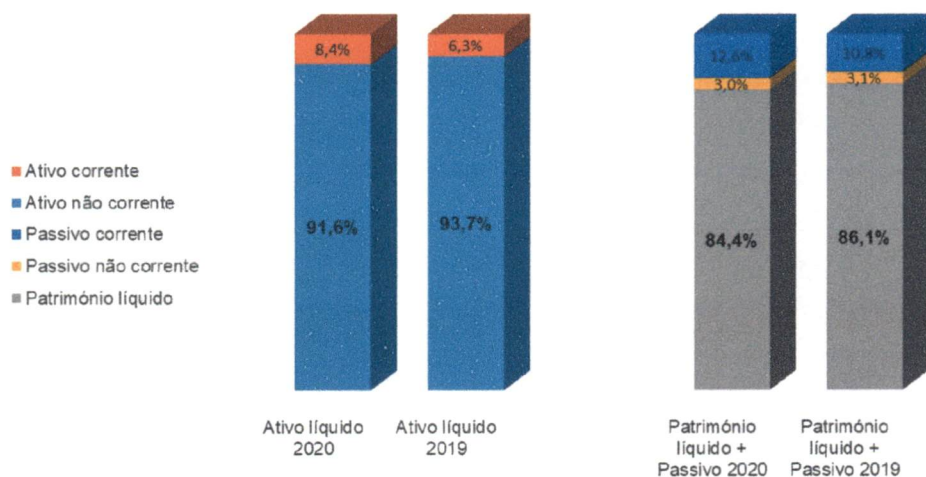
Por sua vez, o “Património líquido”, que representa 84,4% do balanço, teve uma evolução estável no exercício. A principal componente deste património líquido são os subsídios ao investimento que, no final de 2020, ascendiam a 33.458.014,00 euros. Estes subsídios são amortizados anualmente na mesma proporção das amortizações dos bens que financiaram, compensando-se nessa proporção o efeito de ambos nos resultados do ano.



Estrutura de Capitais e de Financiamento

Na figura seguinte, apresenta-se uma análise da estrutura resumida do balanço, tomando em consideração apenas os grandes agregados.

Figura 8: Estrutura de capitais e de financiamento de 2020 e 2019



Esta estrutura de capitais, apesar de ter que ser interpretada com cautela tendo em consideração a natureza pública da UAc, revela uma insuficiência de capitais permanentes, para financiar a estrutura de ativos não correntes e uma pressão estrutural da tesouraria, sendo, em grande medida, o espelho da inexistência de saldos de gerência acumulados que não estejam consignados.



4. Nota Final

Conforme decorre da análise apresentada no presente relatório, num ano atípico dominado por contingências imprevistas resultantes da situação pandémica que assolou o Mundo, em 2020 a Universidade dos Açores manteve as suas contas equilibradas, o que se conseguiu por via do diferimento para o ano de 2021, quer de contratações relativas a necessidades em termos de pessoal, em particular de pessoal docente, quer de projetos de investimento. Como já havia acontecido no ano anterior, não foi possível satisfazer (a) todas as contratações de pessoal docente exigidas pela A3ES, (b) o número suficiente de concursos para promoção na carreira do pessoal docente, imposto pelo determinado no Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior e nos estatutos das carreiras docente universitária e politécnica, (c) a renovação do quadro técnico em áreas críticas para o funcionamento da instituição, (d) a renovação do parque informático e (e) importantes e urgentes intervenções de recuperação e beneficiação de edifícios e infraestruturas, entre outros. Também por necessidade de se controlar a despesa, a integração de trabalhadores com vínculo precário ao abrigo do PREVPAP, incluindo investigadores e não docentes e não investigadores, só se concretizou no final do ano de 2020, quando foi garantido o reforço financeiro do Governo da República e da Fundação para a Ciência e Tecnologia para o efeito. Acresce que mesmo alguma da receita que se perspectivava poder ser aplicada para atenuar tais necessidades acabou por ser utilizada para fazer face a despesas decorrentes de alterações legislativas que não foram compensadas pelo Governo nos termos em que o Contrato para a Legislatura o impunha, como aconteceu, por exemplo, com o caso do pagamento de parte das valorizações remuneratórias. Deste modo, foi novamente prejudicado o desenvolvimento das competências e dos recursos pedagógicos e científicos necessários para a manutenção e melhoria da oferta letiva e da investigação em todos os polos da Universidade dos Açores, e adiada a capacitação da instituição para responder cabalmente às exigências crescentes que se colocam ao ensino superior.

O Conselho de Gestão reitera a necessidade do Governo da República e do Governo Regional dos Açores cumprirem com o acordado na reunião tripartida de fevereiro de 2020, garantindo a assinatura urgente do Contrato-Plurianual então acordado que previa o reforço do orçamento da Academia num total de 1,2 milhões de euros por ano, ao longo de quatro anos. De igual modo, exige que o Governo da República inclua as universidades insulares no conjunto das instituições de ensino superior beneficiárias do Quadro Financeiro Plurianual da Europa para o período de 2021-2027. Mais, toma boa nota de que as universidades dos Açores e da Madeira



estão a proceder à revisão do estudo que quantifica os sobrecustos da insularidade e ultraperiferia, cuja primeira versão datada de 2019 calculou num mínimo de 5 milhões de euros o reforço orçamental anual necessário para fazer face a tais especificidades. O acesso aos fundos comunitários e a inclusão de um fator de majoração na fórmula de financiamento, que reproduza o fator de coesão territorial previsto na Lei das Finanças Regionais são, sem dúvida, a única forma de corrigir uma injustiça que retira à Universidade dos Açores a possibilidade de se desenvolver ao mesmo ritmo das suas congéneres do Continente.

O Conselho de Gestão propõe a transferência do resultado líquido do exercício de 96.033,66 euros para a conta de resultados transitados.

Uma palavra final de agradecimento à comunidade académica, aos órgãos e estruturas de governo, ao Fiscal Único e a todas as entidades públicas e privadas que colaboram com a Universidade dos Açores, pelo apoio e empenho demonstrados, e sem os quais não teria sido possível fazer mais um ano de história desta Instituição.

Um ano em que se demonstrou definitivamente a capacidade da Universidade dos Açores e da sua comunidade académica para responderem a situações adversas e imprevisíveis, e se reiterou, uma vez mais, o importante papel que a Academia desempenha na Região, como o testemunham as inúmeras ações sociais e de saúde pública em que se envolveu para mitigar os efeitos da pandemia.

Abril de 2021

O Conselho de Gestão

Manoel de Fátima Soares Batista

António Ricardo Reis Machado



Anexos

I - Demonstrações Financeiras Separadas

Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstrações de Alterações ao Património Líquido
Fluxos de Caixa
Anexo às Demonstrações Financeiras

II - Demonstrações Orçamentais

Demonstração do Desempenho Orçamental
Demonstração de Execução Orçamental da Receita
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos
Anexos às Demonstrações Orçamentais

III – Certificação Legal de Contas

IV – Relatório e Parecer do Fiscal Único



CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

I – Demonstrações Financeiras Separadas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstrações de Alterações ao Património Líquido

Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras



BALANÇO			
Entidade: UAc - Universidade dos Açores		NIPC: 512 017 050	
Balança em 31 de dezembro de 2020		Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	43 649 729,28	43 880 336,64
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	4 009,25	5 172,51
Participações financeiras	18	843 051,15	892 910,94
Outros ativos financeiros			
		44 496 789,68	44 778 420,09
Ativo corrente			
Inventários	10	112 292,63	104 755,66
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios	18	915,67	
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 602 026,94	1 576 080,13
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	18,23		175 000,00
Diferimentos	23	42 236,92	62 826,30
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1,18	2 330 345,10	1 102 438,68
		4 087 817,26	3 021 100,77
Total do ativo		48 584 606,94	47 799 520,86
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital		6 901 376,80	6 901 376,80
Outros instrumento de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-7 733 231,57	-7 802 225,40
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		41 737 847,55	41 971 067,77
Resultado líquido do período		96 033,66	68 993,83
Interesses que não controlam			
Total património líquido		41 002 026,44	41 139 213,00
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 481 537,17	1 499 154,54
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Outras contas a pagar			
		1 481 537,17	1 499 154,54
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores	18	13 305,48	2 842,68
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	1 925,00	3 456,56
Financiamentos obtidos	18		
Fornecedores de investimentos	18	5 146,59	923,29
Outras contas a pagar	18,23	2 544 802,38	2 541 182,79
Diferimentos	23	3 535 863,88	2 612 748,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		6 101 043,33	5 161 153,32
Total do passivo		7 582 580,50	6 660 307,86
Total património líquido e passivo		48 584 606,94	47 799 520,86

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 23 de abril de 2021

António Ricardo Reis Machado

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 23 de abril de 2021

J J J

Maria de Jesus Correia Batista
Pág. 33
António Ricardo Reis Machado



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
Entidade: UAc - Universidade dos Açores		NIPC: 512 017 050	
Demonstração de resultados por natureza do período findo em 31 de dezembro de 2020		Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Impostos de taxas	14	2 500 201,84	2 903 987,22
Vendas	13	2 786,09	23 191,43
Prestações de serviços	13	217 676,67	247 816,25
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	17 737 264,38	17 430 091,95
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-27 821,78	-45 078,47
Fornecimentos e serviços externos	23	-1 250 087,83	-1 415 973,94
Gastos com pessoal	23	-18 820 422,59	-18 470 496,21
Transferências e subsídios concedidos	23	-260 514,04	-435 595,73
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-11 978,15	-4 929,95
Provisões (aumentos/reduções)	15	-26 628,24	-7 750,37
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	18		
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	807 078,87	639 090,67
Outros gastos e perdas	23	-56 656,92	-45 827,48
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros		810 898,30	818 525,37
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-714 864,64	-747 454,23
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		96 033,66	71 071,14
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	18		-2 077,31
Resultados antes de impostos		96 033,66	68 993,83
Imposto sobre o rendimento			
Resultados líquido do período		96 033,66	68 993,83

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 23 de abril de 2021

António Ricardo Reis Machado

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 23 de abril de 2021

Cláudio do Espírito Santo
António Ricardo Reis Machado



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: UAc - Universidade dos Açores
Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2020

NPC: 512 017 050
Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital / Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	6 901 376,80					-7 802 225,40					41 971 067,77	68 993,83	41 139 213,00		41 139 213,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização																
Excedentes de revalorização e respetivas variações																
Outras alterações reconhecidas no património líquido							68 993,83					-233 220,22	-68 993,83	-233 220,22		-233 220,22
	(2)						68 993,83					-233 220,22	-68 993,83	-233 220,22		-233 220,22
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)												96 033,66	96 033,66		96 033,66
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)												27 039,83	-137 186,56		-137 186,56
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital/património																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
	(5)															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	3)=(1)+(2)+(3)+(5)	6 901 376,80					-7 733 231,57					41 737 847,55	96 033,66	41 002 026,44		41 002 026,44

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 23 de abril de 2021

António Ricardo Reis Machado

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 23 de abril de 2021

António Ricardo Reis Machado
António Ricardo Reis Machado



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Entidade: UAc - Universidade dos Açores		NIPC: 512 017 050	
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020		Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		199 119,46	172 416,46
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes		2 296 122,48	2 920 168,98
Pagamentos a fornecedores		-1 264 775,77	-1 512 654,15
Pagamentos ao pessoal		-18 905 561,35	-18 482 977,82
Caixa gerada pelas operações		-17 675 095,18	-16 903 046,53
Outros recebimentos/pagamentos		19 131 624,18	17 699 507,77
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 456 529,00	796 461,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-479 281,46	-53 619,46
Ativos intangíveis			-1 230,00
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			-2 000,00
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		250 658,88	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades investimento (b)		-228 622,58	-56 849,46
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-150 000,00
Juros e gastos similares			-6 637,69
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades financiamento (c)			-156 637,69
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 227 906,42	582 974,09
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 102 438,68	519 464,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 330 345,10	1 102 438,68
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 102 438,68	519 464,59
- Equivalentes a caixa no início do período		1 102 438,68	519 464,59
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		1 102 438,68	519 464,59
De execução orçamental		1 102 438,68	519 464,59
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 330 345,10	519 464,59
- Equivalentes a caixa no fim do período		2 330 345,10	519 464,59
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2 330 345,10	1 102 438,68
De execução orçamental		2 330 345,10	1 102 438,68
De operações de tesouraria			

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 23 de abril de 2021

António Ricardo dos Anjos
Relatório e Contas 2020

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 23 de abril de 2021

Manoel de Jesus Lourenço Batista
António Ricardo dos Anjos
Pág. 36



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da Entidade

- a) Designação da entidade: UAç - Universidade dos Açores;
Contribuinte: 512017050;
- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada;
- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento;
118050200 – Plano.
- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Universidade dos Açores (Entidade) foi fundada em 09 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).



São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de coordenação da Entidade:

- Subsistema universitário:
 - Conselho Científico;
 - Conselho Pedagógico.
- Subsistema politécnico:
 - Conselho Técnico-Científico;
 - Conselho Pedagógico.

Constitui órgão de consulta do Reitor o Conselho de Estratégia e Avaliação.

Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitor (Presidente): João Luís Roque Baptista Gaspar;
- Vice-Reitora (Vogal): Maria da Graça Câmara Batista;
- Administrador (Vogal): Nuno Henrique Oliveira Pimentel.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras não são consolidadas em outra entidade.

1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á,



supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC-AP, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 23 de abril de 2021, e serão submetidas à aprovação pelo Conselho Geral.



Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais, que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2020 incluem 2.204.251,32 euros relativos a receitas consignadas (1.014.776,24 euros a 31 de dezembro de 2019), cujo uso está condicionado aos fins específicos a que respeitam.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte (em euros):

Conta	2020		2019	
Caixa		0,00		6 147,67
Depósitos à ordem		2 330 345,10		1 096 291,01
Depósitos à ordem no Tesouro	2 300 981,49		1 029 801,65	
Depósitos bancários à ordem	29 363,61		66 489,36	
Total de caixa e depósitos		2 330 345,10		1 102 438,68

Nos termos do n.º 5 do artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES), as aplicações financeiras da Entidade devem ser realizadas no Tesouro, salvo para um valor que não exceda 25% do seu montante total, limite cumprido ao longo dos exercícios de 2020 e 2019.



NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 - Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando





aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Conforme política contabilística adotada pela Entidade a partir de 1 de janeiro de 2018, e tendo em consideração a necessidade de aplicar procedimentos mais eficientes de contabilização e registo de bens móveis adquiridos, bem como do princípio da materialidade previsto no parágrafo 7.1 da Estrutura Conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, para a conta "437 Outros ativos fixos tangíveis" e "62 Fornecimentos e serviços externos":

- os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, que tenham um valor individual inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos em gastos do exercício;
- os bens móveis de vida útil igual ou superior a um ano, que tenham um valor individual inferior a 1.000,00 euros e sem taxa definida no "Classificador



Complementar 2”, podem ser depreciados integralmente no próprio exercício, mediante análise casuística e autorização do órgão de gestão.

b) Imparidades de ativos

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

A Entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços, tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser





reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciables e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

d) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades subsidiárias, em que a Entidade exerce o controlo, e em associadas, em que a Entidade tem influência significativa, são mensuradas pelo método do custo, uma vez que a Entidade apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um índice de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.



Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.



(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.





Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações, com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de



serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade, quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratuais assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

1) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.



O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a Entidade tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

m) Especialização de gastos e rendimentos

A Entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

n) Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento.

o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.



2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2019, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como já mencionado, os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível do Orçamento do Estado, tendo em conta os atuais constrangimentos existentes.

2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e / ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 - Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As





alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de exigência que estão associados e regulamentados; (ii) os riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber, maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) as contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pela Entidade; e com (iv) as responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2020 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - Ativos intangíveis

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era assim resumida:



Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Programas de computador e sistemas de informação	1 573 059,26	1 567 886,75		5 172,51	1 573 059,26	1 569 050,01		4 009,25
Total	1 573 059,26	1 567 886,75	0,00	5 172,51	1 573 059,26	1 569 050,01	0,00	4 009,25

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)-(6)-(7)-(8)-(9)-(10)
Programas de computador e sistemas de informação	5 172,51						-1 163,26			
Total	5 172,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 163,26	0,00	0,00	4 009,25

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram adições, nem diminuições, nem revalorizações de ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Entidade não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 resume-se como segue:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

ATIVOS TANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8 279 833,55			8 279 833,55	8 279 833,55			8 279 833,55
Edifícios e outras construções	35 130 010,79	1 557 757,11		33 572 253,68	35 130 010,79	2 077 009,48		33 053 001,31
Equipamento básico	16 849 609,42	15 235 062,24		1 614 547,18	17 226 063,38	15 310 962,57		1 915 100,81
Equipamento de transporte	547 810,92	547 748,55		62,37	547 810,92	547 748,55		62,37
Equipamento administrativo	9 353 151,26	9 087 850,75		265 300,51	9 441 056,88	9 182 383,91		258 672,97
Outros	2 327 838,83	2 179 499,48		148 339,35	2 346 573,27	2 203 515,00		143 058,27
	72 488 254,77	28 607 918,13	0,00	43 880 336,64	72 971 348,79	29 321 619,51	0,00	43 649 729,28
Total	72 488 254,77	28 607 918,13	0,00	43 880 336,64	72 971 348,79	29 321 619,51	0,00	43 649 729,28



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram as seguintes variações:

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)-(6)-(7)+(8)-(9)+(10)
Outros ativos fixos tangíveis	8 279 833,55									8 279 833,55
Terrenos e recursos naturais	33 572 253,68									33 572 253,68
Edifícios e outras construções	1 614 547,18	376 453,96								1 991 001,14
Equipamento básico	62,37									62,37
Equipamento de transporte	265 300,51	87 905,62								353 206,13
Equipamento administrativo	148 339,35	18 734,44								167 073,79
Outros	43 880 336,64	483 094,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-713 701,38	0,00	0,00	43 649 729,28
Total	43 880 336,64	483 094,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-713 701,38	0,00	0,00	43 649 729,28

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis - Desagregação das Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cesões	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros ativos fixos tangíveis		376 453,96									376 453,96
Equipamento básico		87 905,62									87 905,62
Equipamento administrativo		18 734,44									18 734,44
Outros	0,00	483 094,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483 094,02
Total	0,00	483 094,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483 094,02

O montante reconhecido como adições refere-se exclusivamente à aquisição de ativos fixos tangíveis e estão registados pelo preço de fatura.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram diminuições, nem revalorizações de ativos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica	Euros		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	112 292,63		112 292,63
Total	112 292,63	0,00	112 292,63

Handwritten signature and initials



Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período							Quantia escriturada final	
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções nos inventários	Outros aumentos de inventários		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)		(8)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	104 755,66	35 605,26	27 821,78					254,03	7,52	112 292,63
Total	104 755,66	35 605,26	27 821,78	0,00	0,00	0,00	254,03	7,52	112 292,63	

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos resultados de 2020, foi de 27.821,78 euros (45.078,47 euros, em 2019).

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 têm a seguinte decomposição:

Tipo de rendimento	Euros			
	2020		2019	
Venda de bens	2 786,09	2 786,09	23 191,43	23 191,43
Prestações de Serviços				
Aluguer de instalações	8 764,66		40 151,55	
Arrendamento	4 384,56			
Ações de formação	26 990,00		30 899,85	
Parque de estacionamento	18 795,28		43 039,67	
Protocolos e acordos	83 905,61		46 375,27	
Outros serviços	74 836,56	217 676,67	87 349,91	247 816,25
Outros rendimentos e ganhos				
Alienações	196 740,21			
Reposições não abatidas aos pagamentos	12 665,86		3 384,37	
Imputação de subsídios e transferências	581 462,60		614 686,50	
Juros de mora obtidos	6 525,02		11 040,18	
Outros	9 685,18	807 078,87	9 979,62	639 090,67
Total rendimentos de transações com contraprestação		1 027 541,63		910 098,35

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Taxas	2 496 166,84		1 895 109,59	1 799 063,88	
Multas e outra penalidades	4 035,00				
Transferências sem condição	17 557 729,27				
Transferências com condição	179 535,11				
Total	20 237 466,22	0,00	1 895 109,59	1 799 063,88	0,00



NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2020	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2020
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	147 392,13	20 058,54			20 058,54				0,00	167 450,67
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	568 871,41	6 569,40			6 569,40	44 245,60		0,01	44 245,61	531 195,20
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
Total	1 499 154,54	26 627,94	0,00	0,00	26 627,94	44 245,60	0,00	0,01	44 245,61	1 481 536,87

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2019	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2019
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	147 392,13				0,00				0,00	147 392,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	605 312,03	7 750,37		0,01	7 750,38	44 191,00			44 191,00	568 871,41
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
Total	1 535 595,16	7 750,37	0,00	0,01	7 750,38	44 191,00	0,00	0,00	44 191,00	1 499 154,54

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pela Entidade, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1,0% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;
- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 01/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.



O efeito nos resultados das provisões foi de um gasto de 26.627,94 euros. No período anterior esse efeito produziu um gasto de 7.750,37 euros.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2020 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos em 31 de dezembro de 2020 é de 290.058,93 euros (367.230,12 euros, em 31 de dezembro de 2019).

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2020 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho destes processos, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a estes processos é de 313.840,69 euros.

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 23 de abril de 2021 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020.

NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:



Instrumentos Financeiros	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa				6 147,67		6 147,67
Depósitos bancários	2 330 345,10		2 330 345,10	1 006 291,01		1 006 291,01
Subtotal	2 330 345,10		2 330 345,10	1 012 438,68		1 012 438,68
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Participações financeiras - Custo						
Investimentos em entidades controladas	748 696,85		748 696,85	748 696,85		748 696,85
Investimentos noutras entidades	164 214,09	20 000,00	144 214,09	164 214,09	20 000,00	144 214,09
Devedores por transferências e subsídios	915,67		915,67			
Clientes, contribuintes e utentes	1 602 026,94	254 519,85	1 347 507,09	1 576 080,13	242 541,70	1 333 538,43
Outras contas a receber	25 000,00	25 000,00		200 000,00	25 000,00	175 000,00
Subtotal	2 540 853,55	299 519,85	2 241 333,70	2 688 991,07	287 541,70	2 401 449,37
Total Ativos Financeiros	4 871 198,65	299 519,85	4 571 678,80	3 701 429,75	287 541,70	3 413 888,05
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Passivo corrente						
Fornecedores	13 305,48		13 305,48	2 842,68		2 842,68
Estado e outros entes públicos	1 925,00		1 925,00	3 456,56		3 456,56
Fornecedores de investimentos	5 146,59		5 146,59	923,29		923,29
Outras contas a pagar	2 544 802,38		2 544 802,38	2 541 182,79		2 541 182,79
Subtotal	2 565 179,45		2 565 179,45	2 548 405,32		2 548 405,32
Total Passivos Financeiros	2 565 179,45		2 565 179,45	2 548 405,32		2 548 405,32

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2020/2021, no montante de 1.525.154,52 euros (1.475.162,50 euros, em 2019). Os proveitos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.458.710,84 euros em 31 de dezembro de 2020 (1.597.971,76 euros, em 2019), são reconhecidos em Diferimentos.

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes inclui os seguintes montantes de crédito em cobrança duvidosa, cujo movimento no período foi:

	Euros			
Clientes cobrança duvidosa	31.12.2020	Aumento	Redução	31.12.2019
Cientes	55 968,23	3 189,92	13 250,05	66 028,36
Utentes	273 909,36	87 006,86	63 442,48	250 344,98
Total	329 877,59	90 196,78	76 692,53	316 373,34

No ponto “2.3.2 – Propinas”, do Relatório e Contas, é apresentada uma análise detalhada sobre a evolução das propinas em dívida de anos letivos anteriores.

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas por análise agregada, tendo em consideração as taxas médias de recuperação históricas. Neste contexto, foram consideradas



perdas por imparidade de 100% para dívidas remanescentes de propinas de anos letivos anteriores ao último ano letivo terminado, tendo em consideração as taxas reduzidas de recuperação dessas dívidas mais antigas. Para as dívidas do último ano letivo terminado foi considerada uma taxa de recuperação de 80,8% (81,8%, em 2019), igual à taxa média de recuperação acumulada que se verificou historicamente para as dívidas de anos letivos anteriores.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte nos períodos apresentados:

Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2020	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2020
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades	20 000,00			20 000,00
Cientes, contribuintes e utentes				
Cientes	66 028,36	3 189,92	13 250,05	55 968,23
Utentes	176 513,34	30 900,27	8 861,99	198 551,62
Outras contas a receber	25 000,00			25 000,00
Total Ativos Financeiros	287 541,70	34 090,19	22 112,04	299 519,85

Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2019	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2019
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades	20 000,00			20 000,00
Cientes, contribuintes e utentes				
Cientes	82 034,37		16 006,01	66 028,36
Utentes	180 577,38		4 064,04	176 513,34
Outras contas a receber		25 000,00		25 000,00
Total Ativos Financeiros	282 611,75	25 000,00	20 070,05	287 541,70

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Outras contas a pagar contempla, essencialmente, a previsão para férias e subsídios de férias no montante de 2.507.095,84 euros (2.499.218,33 euros, em 2019), conforme detalhe apresentado em Outras Divulgações, no final do presente Anexo.



Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os rendimentos e gastos de juros e similares de ativos e passivos financeiros eram os seguintes:

	Euros	
	2020	2019
Rendimentos de juros de ativos financeiros		
Cientes, contribuintes e utentes		
Total de juros e rendimentos similares		
Gastos de juros para passivos financeiros		
Financiamentos obtidos		2 077,31
Total de juros e gastos similares		2 077,31

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou outras entidades são:

Entidades	Denominação	Natureza da entidade	31/12/2020				31/12/2019				
			Valor nominal da participação	%	Quantia bruta	Imparidade	Quantia líquida	Valor nominal da participação	%	Quantia bruta	Imparidade
Investimentos em entidades controladas											
	Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	748 196,85	100,0%	748 196,85		748 196,85	748 196,85	100,0%	748 196,85	748 196,85
	Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	105 460,00	100,0%	500,00		500,00	105 460,00	100,0%	500,00	500,00
	Subtotal		853 656,85		748 696,85		748 696,85	853 656,85		748 696,85	748 696,85
Investimentos em associadas											
	Observatório Regional do Turismo	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	20 000,00	22,0%	20 000,00	20 000,00	20 000,00	22,0%	20 000,00	20 000,00	
	Subtotal		20 000,00		20 000,00	20 000,00	20 000,00		20 000,00	20 000,00	
Investimentos noutras entidades											
	INOVA	Pessoa Coletiva de Direito Privado	92 354,30	13,0%	92 354,30		92 354,30	92 354,30	13,0%	92 354,30	92 354,30
	AUP – Associação das Universidades Portuguesas	Associação Privada s/ Fins Lucrativos					49 859,79	3,3%	49 859,79	49 859,79	
	Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores-ADFMA	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	2 000,00	15,4%	2 000,00		2 000,00	15,4%	2 000,00	2 000,00	
	Subtotal		94 354,30		94 354,30		144 214,09		144 214,09	144 214,09	
	Total de Investimentos financeiros		968 011,15		863 051,15	20 000,00	843 051,15	1 017 870,94		912 910,94	20 000,00

Na sequência da decisão de dissolução e liquidação da AUP – Associação das Universidades Portuguesas, deliberada na reunião da respetiva Assembleia Geral de 10 de dezembro de 2019, a Comissão Liquidatária da AUP reuniu em 13 de outubro de 2020 tendo, entre outros assuntos, deliberado a distribuição paritária, por cada um dos 17 associados da AUP, do montante de 246.600 euros, verba que foi recebida pela Universidade dos Açores em 11 de dezembro de 2020. Deste modo, a Entidade recuperou, em 2020, a totalidade do investimento financeiro efetuado naquela associação, bem como realizou uma mais-valia de 212.140,21 euros.

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A Entidade está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.

Carla Aguiar

4



Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Denominação	Natureza da entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAç	Serviço da UAç com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

As transações que ocorreram nos exercícios de 2020 e 2019, por natureza de partes relacionadas, foram:

Transações	31.12.2020				31.12.2019			
	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros
Serviços Ação Social Escolar da UAç	485,90		2 008,54	120 000,00			5 011,59	145 912,00
Fundação Gaspar Frutuoso			4 104,33				14 641,54	200 000,00
Total Transações entre partes relacionadas	971,80	-	6 112,87	120 000,00	-	-	19 653,13	345 912,00

Em 31 de dezembro de 2020 as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família apresentavam os seguintes saldos:

Cargo	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Euros
					Benefícios diretos e indiretos
Pessoas-chave da gestão (*)	7	471 645,60	-	-	-
Membros próximos da família	1	53 884,78	-	-	-

(*) Reitor, Vice-Reitores, Administrador e Fiscal Único

NOTA 21 – Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente de investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAç.

De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006, na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.



NOTA 23 – Outras divulgações

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Outras contas a receber era constituída por:

Outras Contas a receber	31/12/2020			31/12/2019
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia líquida
Reposições de vencimentos GRA - apoio tripolaridade Açores Parque - Soc. Desenv. Gest. Parq.				175 000,00
Total	25 000,00	25 000,00		175 000,00

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Outras contas a pagar era constituída por:

Outras contas a pagar	Euros	
	31.12.2020	31.12.2019
Especialização de férias e subsídio de férias	2 507 095,84	2 499 218,33
Outros acréscimos de gastos	37 706,54	41 964,46
Total	2 544 802,38	2 541 182,79

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Diferimentos do ativo eram constituídas por:

Diferimentos (ativo)	Euros	
	31.12.2020	31.12.2019
Outros gastos a reconhecer	42 236,92	62 826,30
Total	42 236,92	62 826,30

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Diferimentos do passivo eram constituídas por:



Diferimentos (passivo)	31.12.2020	31.12.2019
Propinas	1 458 710,84	1 597 971,76
Academia do Conhecimento	31 538,88	13 407,58
AD4MAC	8 838,59	2 468,10
American Coner	60 332,78	44 999,35
Apoio à Inovação e Empreendedorismo		4 353,81
Aquinvest	5 965,70	1 730,57
Biotransfer	25 960,00	
Bolsas de mobilidade - Edição 2017/2019 - contrato 2017-1-PT01-KA103-035276		24 856,82
Bolsas de mobilidade - Edição 2018/2020 - contrato 2018-1-PT01-KA103-046781	31 053,72	42 646,28
Bolsas de mobilidade - contrato 2019-1-PT01-KA103-060093	69 275,10	93 506,50
Bolsa de mobilidade contrato 2020/2022 - 2020-1-PT01-KA103-077747	84 604,00	
Bolsas de mobilidade - 2020/2022	225 918,80	
Bolsas de mobilidade - Edição Atlantic Madeira - contrato 2018-1-PT01-KA103-046987	11 475,96	34 075,56
Bolsas de mobilidade - OutCome - contrato 2015-1-PT01-KA103-012463	2 493,45	15 172,64
Bolsas de mobilidade - OutCome - contrato 2016-1-PT01-KA103-022445		13 013,36
Bolsas Santander	49 665,50	53 838,74
CHAM - Universidade dos Açores	2 685,88	
Consolidar o corpo de investigadores em ciências do mar nos Açores	100 000,00	
Contrato programa entre a UAç e VPGA	456 000,00	
Convénios Câmara Municipais	13 000,00	10 000,00
Cuarentagri	4 036,45	506,02
Ecofibras	86 914,86	33 479,89
Ecomarport	29 873,64	4 794,49
EcoMod 2019 Sponsors	2 500,00	
Ecoplaking	4 545,66	32 440,00
Erasmus - Açores - 2015-1-PT01-KA103-012519	1 356,78	
Erasmus - Açores - 2016-PT01-KA103-022313	3 129,44	17 967,73
Erasmus+ 2019-1-PT01-KA103-060099	44 006,25	146 569,50
Estudo sobre o Cancro dos Açores	6 020,00	3 973,20
FESTII - Erasmus	33 181,00	
Forward	85 289,60	110 704,29
Heatstore - Geothermica Era-Net	38 487,00	18 603,91
Idiverse -2017 -1-PT01-KA201-035919	8 299,79	6 799,79
Inv2Mac	6 474,13	2 468,04
MacBioBlue	29 357,33	28 394,13
MacBioPest	11 121,50	1 846,16
Macflor2	3 094,12	630,72
Marcel II	771,75	
Mimar+	1 552,22	738,29
Mitimac	1 480,97	
OutCome 2016-1-PT01-KA103-022445	4 347,35	
Pervecmac II	37 755,93	9 499,39
Programa de incentivos do sistema científico e tecnológico	1 200,00	
Prosucesso	18 845,52	
Rebecca	41 372,31	31 662,58
Rebecca - CCT	3 199,69	1 983,02
Reequipamento Uac Covid-19	25 000,00	
Reequipamento Uac Covid-19 - Okeanus	1 729,75	
UIDB/05292/2020	5 736,68	
UIDB/05634/2020	39 585,00	
UIDP/05292/2020	11 436,16	
UIDP/05634/2020	77 617,50	
Utilização de espaços para a realização de eventos	6 250,00	
Verochar	4 061,92	778,32
Volriskmac	11 134,12	5 434,60
Volriskmac II	7 580,26	1 432,86
Outros Rendimentos	200 000,00	200 000,00
Total	3 535 863,88	2 612 748,00

Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:

Gastos com o pessoal	31.12.2020	31.12.2019
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações certas e permanentes	471 645,60	473 613,43
Abonos variáveis ou eventuais	1 768,12	1 895,05
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes	14 577 408,76	14 366 046,93
Abonos variáveis ou eventuais	115 575,39	118 626,49
Indemnizações	56 607,99	19 962,06
Encargos sobre remunerações		
Caixa Geral de Aposentações	3 156 288,13	3 127 090,56
Segurança Social	360 232,62	308 594,64
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 446,05	3 703,72
Outros gastos com o pessoal	1 528,83	3 461,91
Outros encargos sociais	73 921,10	47 501,42
Total	18 820 422,59	18 470 496,21

Chris Rebelo



Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:

Euros		
Fornecimentos e serviços externos	31.12.2020	31.12.2019
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	55 424,64	77 392,86
Publicidade, comunicação e imagem	16 654,09	17 554,85
Vigilância e segurança	175 103,39	126 849,48
Honorários	214 239,52	252 001,05
Conservação e reparação	116 170,51	110 515,65
Outros serviços especializados		1 878,94
Materiais de consumo		
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 997,16	6 975,53
Livros e documentação técnica	1 715,93	1 471,30
Material de escritório	27 706,26	12 110,62
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	1 779,91	27 857,73
Material de educação, cultura e recreio	2 463,43	
Produtos químicos e de laboratórios	21 954,22	29 077,37
Outros materiais	57 129,48	35 402,51
Energia e fluídos		
Eletricidade	249 071,85	322 905,52
Combustíveis e lubrificantes	5 270,47	6 837,73
Água	41 398,24	53 423,93
Outros	172,70	1 045,54
Deslocações, estadas e transportes		
Desclocações e estadas	21 009,22	83 346,36
Transporte de mercadorias e outros bens	429,79	85,73
Serviços diversos		
Rendas e alugueres		137,40
Comunicação	16 560,21	21 226,87
Seguros	11 161,84	7 024,29
Contencioso e notariado		
Limpeza, higiene e conforto	41 747,87	1 112,40
Outros serviços	164 927,10	219 740,28
Total	1 250 087,83	1 415 973,94

Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Transferências e subsídios concedidos decompunha-se como se segue:

Euros		
Transferências e subsídios concedidos	31.12.2020	31.12.2019
Transferências correntes concedidas		
Administração Central (Estado)	3 521,15	
Outras entidades públicas (SASE)	120 000,00	145 912,00
Setor privado:		
Famílias	129 342,89	289 683,73
Entidades de setor não lucrativo (AAUA)	7 650,00	
Total	260 514,04	435 595,73

Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Outros gastos e perdas decompunha-se como se segue:

Pin Kgeb.



Euros

Outros gastos e perdas	31.12.2020	31.12.2019
Perdas em inventários	254,03	80,49
Abates		517,93
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	27 487,94	19 228,55
Quotizações	11 800,00	11 300,00
Serviços bancários	17 114,95	14 700,51
Total	56 656,92	45 827,48

Cláudio Viegas

ly



CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

II – Demonstrações Orçamentais

Demonstração do Desempenho Orçamental

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Anexos às Demonstrações Orçamentais



DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Entidade: UAc - Universidade dos Açores

NPC: 512 017 050

Demonstração do desempenho orçamental em 31 de dezembro de 2020

Euros

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2020)						2019	RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2020)						2019
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL			RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gestão anterior	459 717,49	30 415,85	612 305,34			1 102 438,68	519 464,59								
Operações orçamentais [1]	706 317,49	30 415,85	612 305,34			1 349 038,68	519 464,59								
Restituição do saldo operações orçamentais															
Recebimento do saldo devolvido por terceiros entidades	246 600,00					246 600,00									
Operações de tesouraria [A]															
Recorre corrente	4 253 946,15	16 875 530,00	499 397,86			21 628 876,01	21 107 793,48	Despesa corrente	3 216 144,17	17 072 556,30	205 056,85			20 493 756,32	20 473 315,30
R1 Receta fiscal								D1 Despesas com o pessoal	1 838 503,05	17 058 756,23	4 512,00			18 901 771,28	18 485 589,42
R11 Impostos diretos								D11 Remunerações certas e permanentes	193 968,56	14 945 769,17	4 512,00			15 144 249,73	14 837 379,28
R12 Impostos indiretos								D12 Abonos variáveis ou eventuais	4 486,97	169 464,53				173 951,50	140 483,80
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas de saúde								D13 Segurança Social	1 640 047,52	1 943 522,53				3 583 570,05	3 507 726,94
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2 269 869,91					2 269 869,91	2 893 367,58	D2 Aquisição de bens e serviços	1 191 854,87	13 799,07	30 285,05			1 235 938,99	1 493 766,27
R4 Rendimentos de propriedade	4 384,56					4 384,56	4 384,56	D3 Juros e outros encargos							6 637,69
R5 Transferências e subsídios correntes	1 717 961,62	16 875 530,00	499 397,86			19 092 889,48	17 898 241,85	D4 Transferências e subsídios correntes	145 042,67		115 471,37			260 514,04	435 595,73
R51 Transferências correntes	1 717 961,62	16 875 530,00	499 397,86			19 092 889,48	17 898 241,85	D41 Transferências correntes	145 042,67		115 471,37			260 514,04	435 595,73
R511 Administrações Públicas	1 642 374,88	16 875 530,00				18 517 904,88	17 164 062,07	D411 Administrações Públicas	123 521,15					123 521,15	145 912,00
R5111 Administração Central - Estado		16 842 530,00				16 842 530,00	16 519 074,00	D4111 Administração Central - Estado	3 521,15					3 521,15	
R5112 Administração Central - Outras entidades		33 000,00				33 000,00	230 250,00	D4112 Administração Central - Outras entidades	120 000,00					120 000,00	145 912,00
R5113 Segurança Social								D4113 Segurança Social							
R5114 Administração Regional	1 631 674,88					1 631 674,88	394 038,07	D4114 Administração Regional							
R5115 Administração Local	10 700,00					10 700,00	20 700,00	D4115 Administração Local							
R512 Exterior - UE			499 397,86			499 397,86	613 261,19	D412 Entidades do setor não lucrativo	7 650,00					7 650,00	
R513 Outras	75 586,74					75 586,74	120 918,56	D413 Famílias	13 871,62		115 471,37			129 343,89	269 683,73
R52 Subsídios correntes								D414 Outras							
R6 Venda de bens e serviços	253 468,67					253 468,67	292 608,94	D42 Subsídios correntes							
R7 Outras receitas correntes	8 263,30					8 263,30	19 190,65	D5 Outras despesas correntes	40 743,58		54 788,43			95 532,01	51 726,19
Recorre de capital		316 866,84				316 866,84	151 961,00	Despesa de capital	477 277,19	6 068,78				483 345,97	54 849,46
R8 Venda de bens de investimento								D6 Aquisição de bens de capital	477 277,19	6 068,78				483 345,97	54 849,46
R9 Transferências de capital		316 866,84				316 866,84	151 961,00	D7 Transferências e subsídios de capital							
R91 Transferências e subsídios de capital		316 866,84				316 866,84	151 961,00	D71 Transferências de capital							
R911 Administrações Públicas		316 866,84				316 866,84	151 961,00	D711 Administrações Públicas							
R9111 Administração Central - Estado								D7111 Administração Central - Estado							
R9112 Administração Central - Outras entidades		316 866,84				316 866,84	151 961,00	D7112 Administração Central - Outras entidades							
R9113 Segurança Social								D7113 Segurança Social							
R9114 Administração Regional								D7114 Administração Regional							
R9115 Administração Local								D7115 Administração Local							
R912 Exterior - UE								D712 Entidades do setor não lucrativo							
R913 Outras								D713 Famílias							
R92 Subsídios de capital								D714 Outras							
R10 Outras receitas de capital								D72 Subsídios de capital							
R11 Reposição não abidas aos pagamentos	2 216,90		10 446,96			12 663,86	3 394,37	D8 Outras despesas de capital							
Recorre efetiva [2]	4 256 167,05	17 192 390,84	509 844,82			21 958 406,71	21 263 138,85	Despesa efetiva [5]	3 693 421,36	17 078 624,08	205 056,85			20 977 102,29	20 528 164,76
Recorre não efetiva [3]								Despesa não efetiva [6]						152 000,00	
R12 Recorre com ativos financeiros								D09 Despesa com ativos financeiros						2 000,00	
R13 Recorre com passivos financeiros								D10 Despesa com passivos financeiros						150 000,00	
Soma [4]=[1]-[2]-[3]	4 962 484,54	17 222 812,89	1 122 150,16			23 307 447,59	21 782 603,44	Soma [7]-[5]-[6]	3 693 421,36	17 078 624,08	205 056,85			20 977 102,29	20 680 164,76
Operações de tesouraria [B]						12 327,97	12 327,97	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]				12 327,97	12 327,97	25 703,42	
RP - Receitas próprias RG - Receitas gerais UE - Financiamento da UE EMPR - Contração de empréstimos FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria															
Saldo para a gestão seguinte	1 269 063,18	144 188,61	917 093,31			2 330 345,10	1 102 438,68	Saldo global [2] - [5]	562 745,69	113 772,76	304 787,97			981 306,42	734 974,69
Operações orçamentais [B] = [4]-[7]	1 269 063,18	144 188,61	917 093,31			2 330 345,10	1 102 438,68	Despesa primária	3 693 421,36	17 078 624,08	205 056,85			20 977 102,29	20 521 527,07
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]						12 327,97	12 327,97	Saldo corrente	1 037 803,98	-197 025,30	294 341,01			1 135 119,69	634 478,18
								Saldo de capital	-477 277,19	310 798,06				-166 479,13	97 111,54
								Saldo primário	562 745,69	113 772,76	304 787,97			981 306,42	741 611,78
								Recorre total [1] + [2] + [3]	4 962 484,54	17 222 812,89	1 122 150,16			23 307 447,59	21 782 603,44
								Despesa total [5] + [6]	3 693 421,36	17 078 624,08	205 056,85			20 977 102,29	20 680 164,76

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 23 de abril de 2021

Relatório e Contas 2020

António Ricardo Reis Machado

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 23 de abril de 2021

Pág. 66

António Ricardo Reis Machado



DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Entidade: UAc - Universidade dos Açores

Demonstração de execução orçamental da receita do período findo em 31 de dezembro de 2020

NPC: 512 017 050

Euros

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (%)	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(1)×100	Período corrente (13)=(9)/(1)×100
	Receita corrente	22 969 862,00	93 114,35	21 604 142,02	9 981,78	21 638 857,79	9 981,78	9 981,78	36 332,72	21 592 543,29	21 628 876,01	58 398,58	0,16	94,00
R1	Receita fiscal													
R11	Impostos diretos													
R12	Impostos indiretos													
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 749 062,00	3 179,86	2 277 147,93	7 278,02	2 277 147,93	7 278,02	7 278,02		2 269 869,91	2 269 869,91	3 179,86		82,57
R4	Rendimentos de propriedade	4 385,00		4 384,56		4 384,56				4 384,56	4 384,56			99,99
R5	Transferências e subsídios correntes	19 345 852,00	1 045,50	19 093 805,15		19 092 889,48				19 092 889,48	19 092 889,48	1 961,17		98,69
R51	Transferências correntes	19 345 852,00	1 045,50	19 093 805,15		19 092 889,48				19 092 889,48	19 092 889,48	1 961,17		98,69
R511	Administrações Públicas	18 726 405,00		18 517 904,88		18 517 904,88				18 517 904,88	18 517 904,88			98,89
R5111	Administração Central - Estado	16 842 530,00		16 842 530,00		16 842 530,00				16 842 530,00	16 842 530,00			100,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	233 000,00		33 000,00		33 000,00				33 000,00	33 000,00			14,16
R5113	Segurança Social													
R5114	Administração Regional	1 631 675,00		1 631 674,88		1 631 674,88				1 631 674,88	1 631 674,88			100,00
R5115	Administração Local	19 200,00		10 700,00		10 700,00				10 700,00	10 700,00			55,73
R512	Exterior - UE	511 243,00		500 313,53		499 397,86				499 397,86	499 397,86	915,67		97,68
R513	Outras	108 204,00	1 045,50	75 586,74		75 586,74				75 586,74	75 586,74	1 045,50		69,86
R52	Subsídios correntes													
R6	Venda de bens e serviços	268 551,00	88 644,99	220 540,99	2 703,76	256 172,43	2 703,76	2 703,76	36 332,72	217 135,95	253 468,67	53 013,55	13,53	80,85
R7	Outras receitas correntes	602 012,00	244,00	8 263,39		8 263,39				8 263,39	8 263,39	244,00		1,37
	Receita de capital	1 697 878,00	25 000,00	1 678 571,38		1 678 571,38				1 678 571,38	1 678 571,38	25 000,00		98,86
R8	Venda de bens de investimento													
R9	Transferências de capital	336 171,00		316 866,84		316 866,84				316 866,84	316 866,84			94,26
R91	Transferências e subsídios de capital	336 171,00		316 866,84		316 866,84				316 866,84	316 866,84			94,26
R911	Administrações Públicas	336 171,00		316 866,84		316 866,84				316 866,84	316 866,84			94,26
R9111	Administração Central - Estado													
R9112	Administração Central - Outras entidades	336 171,00		316 866,84		316 866,84				316 866,84	316 866,84			94,26
R9113	Segurança Social													
R9114	Administração Regional													
R9115	Administração Local													
R912	Exterior - UE													
R913	Outras													
R92	Subsídios de capital													
R10	Outras receitas de capital													
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	12 666,00	25 000,00	12 665,86		12 665,86				12 665,86	12 665,86	25 000,00		100,00
R12	Receita com ativos financeiros													
R13	Receita com passivos financeiros													
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	1 349 041,00		1 349 038,68		1 349 038,68				1 349 038,68	1 349 038,68			100,00
		24 667 740,00	118 114,35	23 282 713,40	9 981,78	23 317 429,17	9 981,78	9 981,78	36 332,72	23 271 114,67	23 307 447,39	83 398,58	0,15	94,34

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 23 de abril de 2021

António Rodrigues Machado

Relatório e Contas 2020

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 23 de abril de 2021

Maria de Jesus Caldeira Santos
Pág. 67
António Rodrigues Machado



DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Entidade: UAc - Universidade dos Açores

NPC: 512 017 050

Demonstração de execução orçamental da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2020

Euros

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental (%)	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)			(4)	(5)
	Despesa corrente	3 765,97	24 036 212,00		22 675 599,35	20 507 061,80	3 765,97	20 489 990,35	20 493 756,32	2 168 537,55	13 305,48	0,02	85,25
D1	Despesas com o pessoal		20 153 500,00		19 064 193,40	18 901 771,28		18 901 771,28	18 901 771,28	162 422,12			93,79
D11	Remunerações certas e permanentes		15 310 962,00		15 238 033,73	15 144 249,73		15 144 249,73	15 144 249,73	93 784,00			98,91
D12	Abonos variáveis ou eventuais		178 978,00		173 951,50	173 951,50		173 951,50	173 951,50				97,19
D13	Segurança Social		4 663 560,00		3 652 208,17	3 583 570,05		3 583 570,05	3 583 570,05	68 638,12			76,84
D2	Aquisição de bens e serviços	3 765,97	2 764 336,00		2 557 702,59	1 249 244,47	3 765,97	1 232 173,02	1 235 938,99	1 308 458,12	13 305,48	0,14	44,57
D3	Juros e outros encargos												
D4	Transferências e subsídios correntes		1 020 971,00		958 171,35	260 514,04		260 514,04	260 514,04	697 657,31			25,52
D41	Transferências correntes		1 020 971,00		958 171,35	260 514,04		260 514,04	260 514,04	697 657,31			25,52
D411	Administrações Públicas		125 282,00		123 521,15	123 521,15		123 521,15	123 521,15				98,99
D4111	Administração Central - Estado Português		5 282,00		3 521,15	3 521,15		3 521,15	3 521,15				66,66
D4112	Administração Central - Outras entidades		120 000,00		120 000,00	120 000,00		120 000,00	120 000,00				100,00
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração regional												
D4115	Administração local												
D412	Entidades do setor não lucrativo		7 650,00		7 650,00	7 650,00		7 650,00	7 650,00				100,00
D413	Famílias		888 039,00		827 000,20	129 342,89		129 342,89	129 342,89	697 657,31			14,57
D414	Outras												
D42	Subsídios Correntes												
D5	Outras despesas correntes		97 405,00		95 532,01	95 532,01		95 532,01	95 532,01				98,08
D6	Despesa de capital		631 528,00		612 040,32	488 492,56		483 345,97	483 345,97	123 547,76	5 146,59		76,54
D6	Aquisição de bens de capital		631 528,00		612 040,32	488 492,56		483 345,97	483 345,97	123 547,76	5 146,59		76,54
D7	Transferência e subsídios de capital												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração regional												
D7115	Administração local												
D712	Entidades do setor não lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D9	Despesa com ativos financeiros												
D10	Despesa com passivos financeiros												
	Total	3 765,97	24 667 740,00		23 287 639,67	20 995 554,36	3 765,97	20 973 336,32	20 977 102,29	2 292 085,31	18 452,07	0,02	85,02

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 23 de abril de 2021

António Ricardo Reis Machado

Relatório e Contas 2020

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 23 de abril de 2021

J
Pág. 68

Manoel de Jesus Correia Batista
António Ricardo Reis Machado



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental).

As demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação verdadeira e apropriada sobre a execução orçamental, o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente.

As presentes demonstrações orçamentais referem-se ao período de 1/1/2020 a 31/12/2020 e estão apresentadas em euros.

Segundo a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais prevista na NCP 26.

1 - Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais na receita, que ocorreram em 2020, resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 1.102.441 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, não prevista em orçamento, para instalação de três laboratórios COVID-19, no montante total de 479.785 euros;
- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, não prevista em orçamento, consignada à dinamização de atividades e projetos atinentes ao aumento da competitividade do tecido empresarial dos Açores, no montante de 456.000 euros;





- receita proveniente da extinção da AUP – Associação das Universidades Portuguesas, não prevista em orçamento, no montante de 246.600 euros;
- receitas de projetos, não previstas em orçamento, no montante total de 193.677 euros;
- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, prevista em orçamento do ano anterior, para apoio à tripolaridade, no montante de 175.000 euros;
- reforço orçamental obtido do Ministério da Ciência e Ensino Superior, no montante de 150.386 euros, para compensação da redução do valor das propinas determinado pelo Orçamento de Estado para 2020;
- outras receitas não previstas em orçamento, no total de 2.618 euros.

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da receita do período findo em 31 de dezembro de 2020, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Rubrica	Descrição	Tipo	Receita				Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais		Créditos Especiais (6)	
				Inscrições / Reforços (4)	Diminuições / Anulações (5)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
	Receita corrente	21 525 004,00	250 815,00	102 936,00	1 296 979,00	22 969 862,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 749 062,00				2 749 062,00	
R4	Rendimentos de propriedade	4 385,00				4 385,00	
R5	Transferências e subsídios correntes	17 920 378,00	152 493,00	23 998,00	1 296 979,00	19 345 852,00	
R51	Transferências correntes	17 920 378,00	152 493,00	23 998,00	1 296 979,00	19 345 852,00	
R511	Administrações Públicas	17 349 810,00	150 386,00	60,00	1 226 269,00	18 726 405,00	
R5111	Administração Central - Estado Português	16 692 144,00	150 386,00			16 842 530,00	
R5112	Administração Central - Outras entidades	228 466,00			4 534,00	233 000,00	
R5114	Administração Regional	410 000,00		60,00	1 221 735,00	1 631 675,00	
R5115	Administração Local	19 200,00				19 200,00	
R512	Exterior - UE	443 494,00		346,00	68 095,00	511 243,00	
R513	Outras	127 074,00	2 107,00	23 592,00	2 615,00	108 204,00	
R6	Venda de bens e serviços	220 079,00	98 322,00	49 850,00		268 551,00	
R7	Outras receitas correntes	631 100,00		29 088,00		602 012,00	
	Receita de capital	336 229,00	249 107,00	246 600,00	1 359 142,00	1 697 878,00	
R9	Transferências e subsídios de capital	336 171,00		246 600,00	246 600,00	336 171,00	
R91	Transferências de capital	336 171,00		246 600,00	246 600,00	336 171,00	
R911	Administrações Públicas	336 171,00		246 600,00	246 600,00	336 171,00	
R9112	Administração Central - Outras entidades	336 171,00		246 600,00	246 600,00	336 171,00	
R14	Saldo da gestão anterior - Operações orçamentais		246 600,00		1 102 441,00	1 349 041,00	
	Total	21 861 233,00	499 922,00	349 536,00	2 656 121,00	24 667 740,00	

2 - Alterações orçamentais da despesa

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2020, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:



Euros

Rubrica	Descrição	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)-(6)
			Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais		Créditos Especiais (6)	
				Inscrições / Reforços (4)	Diminuições / Anulações (5)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
	Despesa corrente		21 830 863,00	2 217 067,00	2 197 516,00	2 185 778,00	24 036 212,00
D1	Despesas com o pessoal		19 441 261,00	1 526 726,00	1 483 291,00	668 804,00	20 153 500,00
D11	Remunerações certas e permanentes		15 687 863,00	438 744,00	1 125 745,00	310 100,00	15 310 962,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais		112 147,00	67 029,00	198,00		178 978,00
D13	Segurança Social		3 641 251,00	1 020 953,00	357 348,00	358 704,00	4 663 560,00
D2	Aquisição de bens e serviços		1 775 689,00	588 983,00	611 725,00	1 011 389,00	2 764 336,00
D4	Transferências e subsídios correntes		551 088,00	40 569,00	76 271,00	505 585,00	1 020 971,00
D41	Transferências correntes		551 088,00	40 569,00	76 271,00	505 585,00	1 020 971,00
D411	Administrações Públicas		120 000,00	5 282,00			125 282,00
D4111	Administração Central - Estado Português			5 282,00			5 282,00
D4112	Administração Central - Outras entidades		120 000,00				120 000,00
D412	Entidades do setor não lucrativo			7 650,00			7 650,00
D413	Famílias		431 088,00	27 637,00	76 271,00	505 585,00	888 039,00
D5	Outras despesas correntes		62 845,00	60 789,00	26 229,00		97 405,00
	Despesa de capital		30 350,00	202 270,00	71 435,00	470 343,00	631 528,00
D6	Aquisição de bens de capital		30 350,00	202 270,00	71 435,00	470 343,00	631 528,00
	Total		21 861 233,00	2 419 337,00	2 268 951,00	2 656 121,00	24 667 740,00

3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

A Universidade dos Açores não dispõe de plano plurianual de investimentos.

4 - Operações de tesouraria

O quadro que se segue, relativo às operações de tesouraria, apresenta as operações que geraram influxos ou efluxos de caixa, que tiveram expressão na tesouraria, mas que não representaram operações de execução orçamental, não sendo consideradas receita ou despesa orçamental:

Euros

Códigos das contas	Designação	Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
071	Recebimentos por operações de tesouraria	072	Pagamentos por operações de tesouraria				
0711	Intermediação de fundos	0721	Intermediação de fundos				
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0722	Entrega de receita cobrada por conta de outrem				
07121	Recarga fiscal	07221	Recarga Fiscal				
071211	Autarquias Locais	072211	Autarquias Locais				
071212	Entidade Contabilística Estado	072212	Entidade Contabilística Estado				
071213	Região Autónoma Açores	072213	Região Autónoma Açores				
071214	Região Autónoma Madeira	072214	Região Autónoma Madeira				
071219	Outras entidades beneficiárias	072219	Outras entidades beneficiárias				
07122	Recarga não fiscal	07222	Recarga não fiscal				
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	0723	Devolução de cauções e garantias				
0714	Cobrança de recursos próprios europeus	0724	Entrega de recursos próprios europeus				
0715	Retenção de receitas próprias - duplo cabimento	0725	Entrega de receitas próprias - duplo cabimento				
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0726	Retenções - Transição para o SNC-AP				
		0728	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental				
0719	Outras receitas de operações tesouraria	0729	Outras despesas de operações de tesouraria				
			Total	0,00	12 327,97	12 327,97	0,00

As operações de tesouraria realizadas referem-se a operações que ficam provisoriamente pendentes a aguardar informações adicionais para a sua correta classificação orçamental.



5 - Contratação administrativa

5.1 - Situação dos contratos

Os contratos celebrados em 2020 ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira em 2020 são apresentados no quadro seguinte:

Entidade	Contrato				Data 1º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados	Observações
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais		
ITEN - Solutions	Licenciamento Software Microsoft	11/02/2020	51 275,66	51 275,66	17/04/2020	51 275,66	51 275,66	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)	
MEO	Comunicações fixas - VOZ Sip Trunks LOTE A	28/02/2018	14 120,81	14 120,81	20/03/2018	152,25	1 761,53	Via Central de Compras da ESPAP - Publicitado pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência (Aquisição ao abrigo de concurso público inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no concurso público)	
NOS - Comunicações, SA	Comunicações fixas - VOZ Sip Trunks LOTE B, C e D	28/02/2018	14 413,11	14 413,11	24/05/2018	380,27	524,04	Via Central de Compras da ESPAP - Publicitado pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência (Aquisição ao abrigo de concurso público inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no concurso público)	
SNN	consultadoria e Apoio Primavera	25/10/2018	60 456,00	60 456,00	18/02/2019	21 727,20	45 909,61		
APCER	Implementação de estratégia de qualidade	19/02/2018	14 974,46	14 974,46	20/03/2018	2 474,82	14 274,46		
GlobalMix	Manutenção de sistemas AVAC e HOTTES	16/04/2019	2 400,00	2 400,00	11/10/2019	600,00	1 800,00		
Instaladores	Manutenção dos postos de transformação	01/05/2019	3 525,50	3 525,50	08/07/2019	1 174,86 €	3 525,50 €		
Instaladores	Manutenção dos grupos geradores	01/05/2019	4 479,50	4 479,50	08/07/2019	1 492,86 €	4 479,50 €		
Bullet	Licenciamento software horários	12/12/2019	17 500,00	17 500,00	27/12/2019	8 750,00 €	17 500,00 €		
Marco Paulo Carvalho Viveiros	Fornecimento e colocação de um sistema impermeabilizante "TOOPSEALER"	06/12/2019	5 126,00	5 126,00	02/03/2020	5 126,00	5 126,00		
Schindler	Reparação do elevador do CC	28/10/2019	5 286,46	5 286,46	08/06/2020	4 575,03	4 575,03		
Microlo	Leitores de Acesso a todos os edifícios	19/12/2019	10 534,00	10 534,00	11/02/2020	10 534,00	10 534,00		
Nova Gráfica	Cepas Carta Curso e Título	29/05/2019	13 445,00	13 445,00	25/10/2019	12 200,00	13 445,00	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)	
Provisse	Prestação de serviços de vigilância	13/11/2018	214 999,20	214 999,20	14/12/2018	89 582,97	214 999,16	Aquisição ao abrigo do Acordo Quadro (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)	
UHY	Fiscal Único	28/07/2017	73 657,20	73 657,20	10/10/2017	14 731,42	56 102,19		
Dianicol	Manutenção de Extintores	01/05/2019	1 890,00	1 890,00	28/04/2020	945,00	945,00		
ACIN	Adesão à plataforma concursos MEC	01/09/2019	208,20	208,20	30/12/2019	69,00	62,00		
JHornelas	Combustível 3 campi	01/08/2019	11 260,00	11 260,00	23/09/2019	4 546,83	6 270,80		
Azorned	Prestação de serviços de recolha e tratamento de lixos tóxicos	13/05/2019	8 500,00	8 500,00	17/12/2019	3 531,03	6 310,68		
MEO	Bolsa de horas Lan e Fienwalls	20/10/2017	3 041,28	3 041,28	22/02/2018	929,31	2 839,33		
MEO	VPN-IN	15/01/2018	14 151,60	14 151,60	12/10/2018	2 358,64	11 779,53		
Schindler	Manutenção elevadores 3 campi	01/05/2019	6 720,00	6 720,00	23/09/2019	2 240,00	6 720,00		
PSE	Licenciamento SPSS	24/03/2020	5 617,00	5 617,00	02/07/2020	5 617,00	5 617,00		
MEO	Rede de dados VPN	14/04/2020	14 151,60	14 151,60	29/06/2020	4 717,21	4 717,21		
Provisse	Vigilância Angra	20/03/2020	6 150,00	6 150,00	26/09/2020	6 150,00	6 150,00	Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sitio DADOS.GOV.PT	
Ronsegur	Vigilância Horta	20/03/2020	6 720,00	6 720,00	07/05/2020	6 720,00	6 720,00	Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sitio DADOS.GOV.PT	



Euros

Entidade	Contrato				Data 1º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados		Observações
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais			
								(1)	(2)	
Thyssenkrupp	Manutenção elevadores 3 campi	27/04/2020	5 745,60	5 745,60	24/06/2020	3 830,40	3 830,40			
Instaladores	Manutenção dos postos de transformação	27/04/2020	3 525,94	3 525,94	21/05/2020	2 350,63	2 350,63			
Instaladores	Manutenção dos grupos geradores	27/04/2020	4 479,95	4 479,95	21/05/2020	2 986,63	2 986,63			
Zurich	Seguro alunos	15/05/2020	8 640,65	8 640,65	12/06/2020	8 640,65	8 640,65			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Primavera	Continuidade ERP Primavera	19/05/2020	11 258,63	11 258,63	29/06/2020	11 258,63	11 258,63			
A.Jacinto&Pereira da Silva SROC	Consolidação Contas	24/04/2020	6 000,00	6 000,00	06/08/2020	6 000,00	6 000,00			
Hardsecure	Licenciamento do stackagle Forti Analyser	09/06/2020	6 725,64	6 725,64	09-07-2020	6 725,64	6 725,64			
Effer Saude	Equipamento para o laboratório de análises da Covid-19	06/08/2020	196 137,00	196 137,00	22/09/2020	187 905,00	187 905,00			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Escritório Digital	Aquisição de 80 Computadores portáteis	23/08/2020	38 865,60	38 865,60	22/10/2020	38 865,60	38 865,60			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Resarte	Aquisição de artigos de papeteria	22/10/2020	4 299,40	4 299,40	23/11/2020	4 153,62	4 153,62			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Plano A	Aquisição de artigos de papeteria	22/10/2020	1 136,79	1 136,79	03/12/2020	1 136,79	1 136,79			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Copipêlago	Aquisição de Toners	14/09/2020	5 284,00	5 284,00	22/10/2020	5 284,00	5 284,00			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
B.L. - So. Com.Higiene. Lda	Artigos de limpeza	06/11/2020	8 129,70	8 129,70	03/12/2020	8 129,70	8 129,70			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
HTM-AM	Adaptação de espaço de laboratório Covid-19 Ponta Delgada	06/08/2020	10 094,71	10 094,71	12/11/2020	10 094,71	10 094,71			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
1001 Serviços	Serviços de mudança da FEG e FCSH	10/09/2020	4 410,00	4 410,00	02/10/2020	4 410,00	4 410,00			
Bio-Rad	Bens e equipamentos p/laboratório análises da Covid-19 Horta	28/09/2020	27 526,74	27 526,74	12/11/2020	3 680,30	3 680,30			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Fisher	Bens e equipamentos p/laboratório análises da Covid-19 Horta	23/10/2020	18 729,88	18 729,88	04/11/2020	14 749,88	14 749,88			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
MEO	Aquisição de equipamentos de telecomunicações	23/10/2020	6 853,30	6 853,30	30/12/2020	6 853,30	6 853,30			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Teletronica	Contrato de assistência técnica prevenção corretiva de 2 centrais de incêndio	15/12/2020	1 280,00	1 280,00	29/12/2020	1 280,00	1 280,00			
Trust	Vigilância de Novembro a Abril	30/10/2020	64 856,00	64 856,00	03/12/2020	25 942,41	25 942,41			Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Maím Lda,	Aquisição de 15 computadores	19/11/2020	8 475,00	8 475,00	29/12/2020	8 475,00	8 475,00			
Oramix	Manutenção de base de dados Oracle p/NONIO	18/11/2020	1 680,00	1 680,00	03/12/2020	1 680,00	1 680,00			
Effer Saude	Aquisição de equipamento para laboratório de análises da Covid-19	25/11/2020	55 543,34	55 543,34	03/12/2020	55 543,34	55 543,34			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
SGS	Mestrado em ambiente, saúde e segurança	25/11/2020	25 000,00	25 000,00	03/12/2020	5 000,00	5 000,00			Nos concursos de contratação excluída, não existe relatório de formação de contrato, mas apenas o relatório de execução do contrato o qual ocorrerá no fim do contrato em Junho de 2022.
Hardsecure	Prestação de serviços para Fortinet 500 D	25/11/2020	4 819,00	4 819,00	21/12/2020	4 819,00	4 819,00			
Protese	Vigilância Adicional Angra	15/06/2020	6 150,00	6 150,00	28/10/2020	6 150,00	6 150,00			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Ronsecur	Vigilância Adicional Horta	15/06/2020	7 317,33	7 317,33	08/07/2020	7 317,33	7 317,33			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Ronsecur	Vigilância Adicional Horta	18/09/2020	6 720,00	6 720,00	19/11/2020	4 480,00	4 480,00			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Açormédica	Mascaras comunitárias	20/06/2020	11 550,00	11 550,00	22/07/2020	11 550,00	11 550,00			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Mobioffice	Dispensadores-desinfetantes e álcool-desinfetante-gel de chão	20/05/2020	8 997,00	8 997,00	07/07/2020	8 997,00	8 997,00			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Eniciale	Alcool Gel desinfetante	20/05/2020	5 617,82	5 617,82	02/07/2020	5 617,82	5 617,82			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
Dias de Sousa	Aquisição de 2 Câmaras de PCR Biosan	23/07/2020	5 550,00	5 550,00	14/09/2020	2 250,00	2 250,00			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT
VWR Internacional	Microcentrifugadora para laboratório análises covid 19	15/09/2020	5 378,00	5 378,00	18/12/2020	5 378,00	5 378,00			Procedimento realizados ao abrigo Artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV.PT



5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento

As adjudicações efetuadas em 2020, resumidas por tipo de procedimento de adjudicação, são apresentadas no quadro seguinte:

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	
Empreitada de obras públicas												
Aquisição de serviços	3	88 989,92							46	606 719,18	49	785 709,10
Locação ou aquisição de bens móveis									26	501 959,28	26	501 959,28
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros												

6 - Transferências e subsídios

6.1 - Transferências e subsídios - despesa

As transferências e subsídios correntes concedidos em 2020 são apresentados no quadro seguinte:

Tipos de despesa	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas e não pagas	Devolução de subsídios ocorrida no
040802B000	Bolsa Erasmus		356 770,00	2 965,20	2 965,20		
040802B000	Bolsa de Mobilidade Erasmus		344 371,00	112 506,17	112 506,17		
040301	Utilização Curta Duração Espaços	Estado	5 282,00	3 521,15	3 521,15		
040305	Transferências corrente SASE	SASE	120 000,00	120 000,00	120 000,00		
040701	Transferência para Associação	Associação Académica da	7 650,00	7 650,00	7 650,00		
040802B000	Bolsas de estudo		108 553,00	2 871,52	2 871,52		
040802B000	Bolsa de Mobilidade/Estudo		78 345,00	11 000,00	11 000,00		
	Total		1 020 971,00	260 514,04	260 514,04		

6.2 - Transferências e subsídios - receita

As transferências e subsídios correntes e de capital obtidos em 2020 são apresentados no quadro seguinte:

Ass. Acad. da



Euros						
Tipos de receita	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
Transferências correntes						
020603012974	Requisição Fundos correntes O.E	Agência Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	16 842 530,00	16 842 530,00		
020603075298	Bolsas de Doutoramento	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	33 000,00	33 000,00		
02060901	Projetos investigação	Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	151 229,00	151 228,86	0,14	
02060901	Contrato 2020-1-PTD1-KA103-077755	Agência Nacional Erasmus+ Educação e formação	240 729,00	228 884,00	11 845,00	
02060901	Projeto - Ocean Atlantic II 2020/2022 - referência 077747	Universidade da Madeira	84 604,00	84 604,00		
02060901	FESTII - Erasmus+ programme (2018/384/04)	Agence Universitaire de la Francophonie - AUF	33 181,00	33 181,00		
02060901	Projeto Diverse (Island Diversity) - Erasmus+ (referência 2017-1-PT01-KA201-035919) - pagamento fase 5	NUCLIO - Núcleo Interativo de Astronomia	1 500,00	1 500,00		
02060701	Estudo sobre o cancro nos Açores - trunche final do protocolo	Centro de Oncologia dos Açores	2 047,00	2 046,80	0,20	
02060102	Convénio para o desenvolvimento de atividades de ID&I com a universidade dos Açores	Plantações de Chá Gorreana	1 500,00	1 500,00		
02060102	Bolsa Alcides a um estudante da UAc	Alcides Cabral de Melo - Hot. & Restauração, Lda	1 000,00	1 000,00		
02060102	Outros Convénios/protocolos para o desenvolvimento de atividades de ID&I com a universidade dos Açores	Outras Entidades	3 500,00		3 500,00	
02060201	Donativo ao abrigo da Lei do Mecenato. O Donativo concedido não tem qualquer contrapartida de natureza pecuniária ou comercial, destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional ao abrigo do artigo 61º e da alínea a) do nº 1 do artigo 62º do EBF	Banco Santander Totta	35 600,00	30 000,00	5 600,00	
02060701	Programa Gulbenkian conhecimento - AGC 2018	Fundação Calouste Gulbenkian	13 500,00	13 500,00		
02060701	Bolsa de estudo a estudante da UAc	Academia do Bacalhau de São Miguei	1 000,00	1 000,00		
02060701	Bolsa de estudo a estudante da UAc	Fundação Pauleta	1 000,00	1 000,00		
02060701	Outras bolsas de estudo	Outras Entidades	13 630,00		13 630,00	
020608019999	Bolsa de estudo Ferreira Deusdado	Devedor indiferenciado	2 615,00	2 614,56	0,44	
02060905	American Corner	Embaixada dos Estados Unidos da América	32 812,00	22 925,38	9 886,62	
02060401	Projetos	DRCT - Direção Regional para Ciência e Tecnologia	23 440,00	23 439,88	0,12	
02060401	ACORES-01-0145-FEDER-000140 - MerAZ	DRCT - Direção Regional para Ciência e Tecnologia	100 000,00	100 000,00		
02060401	Projeto Heatstore - geothermica - Era-Net - 2ª tranche	FRCT - Fundo Regional Ciência e Tecnologia	40 000,00	40 000,00		
02060401	Projeto - ACORES-01-0145-FEDER-000134 - INT-UAc - Internacionalização da investigação da UAc	DRCT - Direção Regional para Ciência e Tecnologia	1 200,00	1 200,00		
02060401	Contrato programa - Resolução do Conselho do Governo de 263/2020 de 7 de outubro	Vice-Presidência Governo, Emprego Competitividade	456 000,00	456 000,00		
020603075960	Protocolo de cooperação entre a Fundação Gaspar Frutuoso e a Universidade dos Açores	Fundação Gaspar Frutuoso	200 000,00		200 000,00	
02060401	Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	DRCT - Direção Regional para Ciência e Tecnologia	175 000,00	175 000,00		
02060401	Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	Vice-Presidência Governo, Emprego Competitividade	350 000,00	350 000,00		
02060401	Manutenção condições logísticas /utilização de espaços p/realização eventos científicos	DRCT - Direção Regional para Ciência e Tecnologia	6 250,00	6 250,00		
02060502	Convénio para um compromisso estratégico entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Ponta Delgada	Câmara Municipal de Ponta Delgada	3 000,00	3 000,00		
02060502	Acordo de projeto entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Universidade dos Açores para o desenvolvimento da academia Gulbenkian do conhecimento	Câmara Municipal de Ponta Delgada	5 000,00	5 000,00		
02060502	Acordo de projeto entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo para a cooperação no âmbito do museu municipal de Vila Franca do Campo.	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	2 700,00	2 700,00		
02060502	Outros Acordos de Projeto	Outras Entidades	8 500,00		8 500,00	
02060401	Reequipamento UAc-COVID19 Angra e Ponta Delgada	DRCT - Direção Regional para Ciência e Tecnologia	275 000,00	275 000,00		
02060401	Reequipamento UAc-COVID19 - Horta	Direcção Regional da Ciência, Tecnologia	102 785,00	102 785,00		
02060401	Reequipamento UAc-COVID19 adaptação das instalações do laboratório de Ponta Delgada	DRCT - Direção Regional para Ciência e Tecnologia	102 000,00	102 000,00		
Total transferências correntes			19 345 852,00	19 092 889,48	252 962,52	
Transferências de capital						
1003085298	Projetos de investigação	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	184 269,00	175 456,38	8 812,62	
1003085298	Programa de apoio à contratação de doutorados	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	151 902,00	141 410,46	10 491,54	
Total transferências de capital			336 171,00	316 866,84	19 304,16	
Total de subsídios			19 682 023,00	19 409 756,32	272 266,68	

Chris Teófilo



CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

III – Certificação Legal de Contas

Ch. T. G. B. L.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Universidade dos Açores** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 48.584.607 euros e um total de fundos próprios de 41.002.026 euros, incluindo um resultado líquido de 96.034 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Universidade dos Açores** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

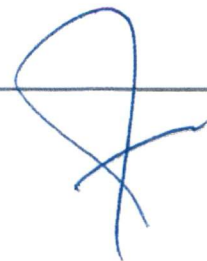
Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação nos termos das disposições em vigor, as quais não incluem o efeito da consolidação integral, nem da aplicação do método de equivalência patrimonial, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a publicar e aprovar em separado.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

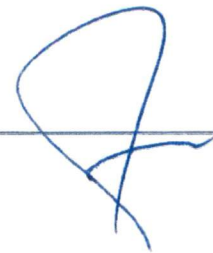
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 23.307.447 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 20.977.102 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

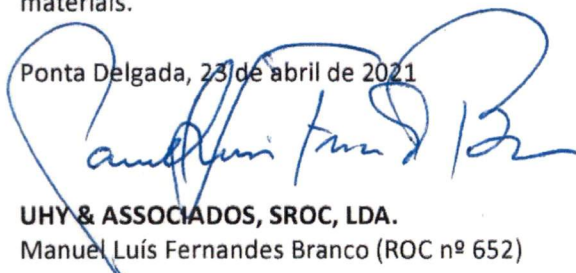
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

IV – Relatório e Parecer do Fiscal Único

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Ao Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente os documentos de Prestação de Contas Separadas da **Universidade dos Açores** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais compreendem as demonstrações financeiras que inclui o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras e, também, as demonstrações orçamentais que inclui uma demonstração de desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa e o anexo às demonstrações orçamentais, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Gestão todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
4. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
5. A Entidade presta informação relevante sobre as atividades desenvolvidas no decurso do ano económico de 2020, apesar de não ter ainda desenvolvido as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.

Em face do trabalho desenvolvido, cuja Certificação Legal das Contas nesta data emitida é parte integrante, somos de parecer que se aprove os documentos de Prestação de Contas da **Universidade dos**

Açores para o período findo em 31 de dezembro de 2020, bem como a aplicação dos resultados proposta.

Ponta Delgada, 23 de abril de 2021


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)